



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Casamentos Tradicionais Mistos: processo de realização e negociação do lobolo nas uniões conjugais entre linhagens patrilinear e matrilinear em Maputo.

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora:

Elisa José Sumbana

Supervisor:

Dr. Baltazar Muianga

Maputo, Abril de 2022

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Casamentos Tradicionais Mistos: Processo de Realização e Negociação do Lobolo nas Uniões Conjugais entre Linhagens Patrilinear e Matrilinear em Maputo.

Autora:

Elisa José Sumbana

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor:

Dr. Baltazar Muianga

O Júri

O Presidente:

O Supervisor:

O Oponente:

Maputo, aos _____ de _____ de 2022

Declaração de Honra

Eu, Elisa José Sumbana, declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada, parcial ou integralmente em nenhuma instituição para a obtenção de qualquer grau académico. E que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas nas citações do texto e nas referências as fontes por mim utilizadas.

Maputo, Abril de 2022

Elisa José Sumbana

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus avôs José Serafim Sumbana (em memória) e Elisa Jaime Mavaeie, por me terem criado como filha, que sempre estimularam os estudos aos filhos, pelo incentivo e pelo amor dedicado.

Aos amigos e familiares, em especial ao meu pai César Serafim Sumbana. As minhas tias Leonélia Sumbana e Mínosse Sumbana, pela força que me deram para superar todos os obstáculos e pela motivação para enfrentar o desânimo, para que pudesse seguir em busca deste objectivo.

Agradecimentos

Este trabalho não poderia se concretizar sem a colaboração e apoio de várias pessoas e que, directa ou indirectamente, contribuíram para seu êxito. Porém, houve aquelas que tiveram uma participação decisiva nesse processo, as quais gostaria de prestar meus agradecimentos:

Primeiro, a Deus pelo dom da vida e por me ter guardado nos dias mais difíceis da minha vida, pela força que me deu para não desistir e pela sua fidelidade.

Ao meu pai, César José Serafim Sumbana, por ter dado a vida, ensinando-me a vivê-la com dignidade, iluminando os meus caminhos com afecto e dedicação para que eu trilhasse sem medo e com esperança. Embora distante, nunca deixou faltar nada e por ter apostado na minha educação, meu muito *Khanimambo*.

Ao Dr. Baltazar Muianga, pela disponibilidade e apoio ao longo do desenrolar deste trabalho. Agradeço o olhar lúcido, rigoroso, exigente e de questionamento atento com que me indicou novos caminhos de explicabilidade, que me fizeram aceder à construção de uma progressiva compreensão inteligível.

A minha chefe Akiko Abe, por ter dado apoio e cedido tempo para estudar. As minhas tias Leonélia Sumbana, Minosse Sumbana, ao meu irmão César Sumbana Jr, primos Cheulzia Nunes, Júlia Nunes e Ikaro Akiro Nunes, pela amizade e por estarem presente na minha vida.

Aos meus colegas do curso, na busca de conhecimento, em especial para aqueles que me acompanharam e que tive prazer de partilhar de sua companhia nas viagens intelectuais: Rute Jamo, Ana Ngoma, Danilo Cunha, Alex Mutondo, Tarciso Chithlango, Armando Mahumana, Hélder Malele, e Martins Navingo. Endereço um abraço caloroso.

As minhas últimas palavras de gratidão vão para todos os que participaram no estudo, e que permitiram a realização deste trabalho, através da expressão de suas opiniões às perguntas formuladas no questionário, para todos eles o meu sincero reconhecimento.

A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho! Muito

Obrigada.

Resumo

Este trabalho dedica-se ao estudo do processo de realização e negociação do lobolo no seio dos casamentos mistos, nos cônjuges com diferentes origens culturais, que predominam as linhagens matrilineares e patrilineares. O objectivo do trabalho, é de analisar como essas linhagens são produzidas no encontro misto. Quanto ao nosso quadro teórico, adoptamos uma triangulação entre a teoria de estruturação de Giddens (2003b) – e da modernidade reflexiva de Giddens (1991c). Foi realizada uma pesquisa qualitativa, os dados foram recolhidos por meio de entrevistas semiestruturadas junto de um total de seis (6) casais, que constituíram uma amostra convencional na qual os entrevistados são oriundos da linhagem patrilinear em Maputo e da linhagem matrilinear na Zambézia e Nampula. A compreensão dos dados permitiu constatar que, as duas linhagens são caracterizadas por mudanças que levam a coexistência de aspectos que são originários e aspectos que foram introduzidos ao longo do tempo, pelo que, revelam ser realidades dinâmicas. Isto concorre, para que os entrevistados tenham entrado para casamentos mistos com alguns aspectos das suas linhagens de origem e outros não, daí que, a inserção para a união mista não foi marcada por diferenças culturais aprofundadas. Conclui-se que, os casamentos mistos são um espaço de continuidade e descontinuidades dos aspectos característicos das identidades culturais, assim como da produção de novas identidades culturais, flexíveis, dinâmicas e indefinidas.

Palavras-chave: Lobolo; Linhagens Patrilinear; Linhagem Matrilinear; Casamento Misto, Identidade Cultural.

Abstract

This work is dedicated to the study of the production of cultural identity within mixed marriages whose spouses originate from cultures in which, on the one hand, matrilineal lineages predominate and, on the other hand, patrilineal lineages predominate. The aim is to analyze how these identities are produced in these mixed marriages. Our theoretical framework had the triangulation between Giddens' *structuring theory* (2003b) – and Giddens' *reflexive modernity theory* (1991c). Qualitative research was carried out and the data were collected through semi-structured interviews with a total of six (6) couples who constituted a conventional sample in which the interviewees came from the patrilineal lineage in Maputo and the matrilineal lineage in Zambézia and Nampula. The analysis of the data allowed us to observe that the two strains are characterized by changes that lead to the coexistence of aspects that originate to them and aspects that have been introduced to them over time, so they reveal to be dynamic realities. This contributes to the interviewees having entered into mixed marriages with some aspects originating from their original and other non-originating lines, hence, the insertion into the mixed union was not marked by deep identity differences. It is concluded that mixed marriages are a space of continuity and discontinuities of the characteristic aspects of cultural identities, as well as the production of new lines, in reference to a hybrid, flexible, dynamic and undefined lineage.

Keywords: Lobolo; Patrilineal Lineages; Matrilineal Lineage; Mixed Marriage, Cultural Identity.

Epígrafe

“Não conheço ninguém que conseguiu realizar o seu sonho, sem sacrificar feriados e domingos pelo menos uma centena de vezes. [...] Se você quiser atingir uma meta especial, terá que estudar no horário em que os outros estão tomando cerveja com batatas fritas. Terá de planejar, enquanto os outros permanecem à frente da televisão. Terá de trabalhar enquanto os outros tomam sol à beira da piscina. A realização de um sonho depende de dedicação.”

(Roberto Shinyashiki, 2005).

Índice

Declaração de Honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Epígrafe.....	vi
Introdução	1
Capítulo 1. Revisão da Literatura	7
1.1. Formulação do Problema	15
Capítulo 2. Enquadramento Teórico e Conceptual.....	17
2.1. Quadro Teórico	17
2.2. Definição e Operacionalização dos Conceitos.....	19
2.2.1. Linhagem	19
2.2.2. Casamento Misto	20
2.2.3. Lobolo.....	20
Capítulo 3. Metodologia	22
3.1. Método de Abordagem	22
3.2. Método de Procedimento	23
3.3. Técnica de Recolha de Dados	24
3.4. População e Amostra	24
3.5. Princípios Éticos Observados na Pesquisa.....	25
3.7. Constrangimentos Enfrentados na Pesquisa	26
Capítulo 4. Apresentação da Análise e Interpretação dos Dados	28

4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados	28
4.2. Processo de Realização e Negociação do Lobolo	29
4.2. Processo de Realização da União Conjugal entre Linhagens Patrilinear e Matrilinear	32
4.2.1. União Conjugal na Linhagem Patriarcal	32
4.2.2. União Conjugal na Linhagem Matriarcal	36
4.3. Experiências de Negociação Estabelecidas entre os Cônjuges no Lobolo.	39
4.4. Estratégias Adoptadas por Cônjuges na Conservação da Identidade Cultural de Origem	43
Considerações Finais	48
Referências Bibliográficas	50
Apêndice	53

Introdução

A prática do lobolo esteve durante muito tempo, sujeita aos limites e modalidades dos preceitos tradicionais africanos. Posteriormente, esta prática foi abalada pelo contacto que teve com a modernidade, tendo perdido alguns dos seus aspectos, na medida em que apreendia e interiorizava aspectos modernos. Em Moçambique, essa prática não seguiu um sentido diferente, embora tenha, as suas especificidades.

Para Bagnol (2008), em Moçambique a prática do lobolo estava geralmente relacionada com a população camponesa rural e analfabeta, e era comumente apresentada como transacção entre as parentelas envolvidas, o que se considerava como “venda da mulher”. Assim, para reconstruirmos o percurso do lobolo em Moçambique, destacamos apenas três momentos históricos que coincidem com as estruturas políticas características desses períodos. Começamos pelo período do domínio colonial português, período pós-independência do domínio do Estado novo e o período contemporâneo, caracterizado pela abertura cultural ou multiculturalismo.

No período colonial, o lobolo e a tradição moçambicana foi subjugado a uma séria de transformações sobre alegação da necessidade de civilizar os nativos, ocultando o verdadeiro interesse português de facilitar a sua dominação (Taibo, 2012). Para o efeito, de acordo com este autor, a administração portuguesa recorreu aos líderes locais, colocando-os ao seu serviço. Estes, no cumprimento das atribuições que lhes foram conferidas, desencadearam acções que buscavam proibir a realização de práticas tradicionais, dentre elas o lobolo.

No período pós-colonial, houve a intenção de instalação do Estado Novo como resultado da independência de Moçambique. Nesse período, a tradição, conseqüentemente, toda a unidade tradicional, foi definida como inimiga da “nova ordem” que se pretendia construir, sendo que, o primeiro passo seria a obliteração de todos os vestígios portugueses (Bagnol, 2008). A tradição foi identificada com o colonial por ter estado ao serviço dos seus interesses.

Neste sentido, o lobolo tratava-se de uma prática desencorajada, pelo que, não deveria ser perpetuada ao nível das cerimónias tradicionais. Porém, a semelhança do que ocorreu na

fase inicial do colonialismo, a perseguição não obliterou essa prática, pois, as populações locais continuaram a realizá-la de forma subterrânea, assegurando a sua reprodução até o Moçambique contemporâneo.

Na contemporaneidade, o lobolo assim como outras práticas tradicionais, não só pode ser aberta e livremente realizada, como é estimulada a luz da defendida diversidade cultural. Entretanto, o seu oponente não é o colono nem o marxismo, mas a modernidade com a qual está em constante contacto dialéctico. Esse encontro é responsável pelas transformações sofridas pelo lobolo.

Depois da independência nacional, o lobolo foi alvo de crítica por parte do governo da FRELIMO, que definiu estratégias que visava erradicar o que considerava valores atrasados da sociedade tradicional, que incluíam o lobolo. Em 1984, foi um marco importante para a reintegração do lobolo, dado que foi admitido como uma das formas de casamento, uma vez que, a sua prática atingia a maioria das famílias e que era por meio dele que a nova união conjugal se legitimava perante o público (Santana, 2009).

Desta maneira, mesmo com a sua reintegração nas práticas costumeiras do nosso país e da sua importância na região sul de Moçambique, no quotidiano ouve-se explicações divergentes sobre lobolo. Na perspectiva de Da Costa (2005), o lobolo é visto como um acto condenável através do qual as mulheres são compradas e vendidas, por um lado, e como algo positivo que sanciona e dá estabilidade as uniões, por outro lado.

Os estudos realizados em torno do lobolo (como é caso de Mussane, 2009; Pinho, 2011; Taibo, 2012), centram-se especialmente na descrição da sua realização, demonstrando seus aspectos e função. Este trabalho tomou um sentido inverso, buscando explorar a contribuição da prática do lobolo para a conservação da união conjugal. A função legitimadora do lobolo é destacada nesses estudos, pelo que, ao se interessar pelo estudo de casos da sua não realização o foco são formas de legitimação adoptadas para um casamento por união.

Em Moçambique, para o caso específico do lobolo, identificam-se situações nas quais a passagem da mulher da casa dos pais para a casa do marido ocorre sem a realização do lobolo (Bagnol, 2008). Considerando o casamento como uma forma de união que reflecte a passagem da mulher da casa dos pais para a casa do homem (Lévi-Strauss, 1982).

Assume-se que, os jovens constituem famílias independentemente dos seus reconhecimentos legais encontram-se na situação de casados. No entanto, do ponto de vista antropológico, o lobolo desempenha uma função legitimadora da ordem familiar, pelo que, a sua realização se torna o imperativo para o reconhecimento do casamento e da família constituída, o que torna a sua não realização num problema sociológico.

Quanto a delimitação espacial e temporal, realizou-se o trabalho na Cidade de Maputo. A escolha deste espaço, justifica-se pelo facto de a investigadora estar inserida num contexto urbano, facilitando o acesso ao campo de estudo sem necessidade de investir muitos recursos materiais. Assim, apontamos com destaque outros factores que justificam a escolha do universo espacial, onde Maputo é ponto de destino de pessoas vindas de outras províncias, o que torna comum observar casais mistos, de um lado, e por ser capital, o que a torna um centro urbano bastante dinâmico, caracterizado por rápidas mudanças, resultantes da lógica de produção capitalista, por outro lado.

A delimitação temporal estende-se de 2020 a 2022. A escolha desse período, deve-se ao facto de estarmos a lidar com uma realidade dinâmica, pelo que, a compreensão do nosso objecto de estudo nos facilita realizar a sua contextualização. Ademais, os valores nos quais tomamos as decisões estão também em mudança, o que torna importante captar as decisões tomadas actualmente. Isto significa que retractamos os cônjuges de linhagens diferentes que começaram a viver maritalmente no ano de 2020.

O grupo-alvo do estudo foi constituído por casais mistos, especificamente os cônjuges envolvidos nos casamentos mistos¹, com pelo menos dois anos de relacionamento. Estes têm origem em linhagens diferentes (uma matrilinear e outra patrilinear), que estejam a residir na mesma casa. O tipo de casamento foi critério considerado, pelo que, trabalhamos com os cônjuges que realizaram lobolo.

¹Neste trabalho não se trata de estrangeiro e nacional, mas de cônjuges com origem em diferentes contextos culturais nas quais se pratica diferentes sistemas linhageiros. Define-se casamento misto, neste sentido, como aquela união que ocorre entre indivíduos de diferentes sistemas linhageiros, especificamente entre um do matriarcado e outro do patriarcado.

Existe uma vasta literatura sobre o lobolo ou casamento ao nível internacional e uma significativa ao nível nacional (ver Cap. I), o que torna um desafio proceder com este trabalho, podendo se incorrer sobre o risco de reproduzir resultados de outros estudos sem trazer nenhuma contribuição inovadora – isto colocaria em causa a relevância deste estudo. No entanto, o simples facto de estar a retractar uma realidade dinâmica, em constante transformação, torna o presente estudo relevante por duas razões:

A primeira razão, é que diante de uma realidade dinâmica como a realização das práticas matrimoniais que tornaram possível a formação de casamentos mistos, coloca quaisquer resultados antes alcançado por outros autores – isto considerando a temporalidade – e em outros locais considerando a espacialidade sob o risco de anacronismo quando se busca aplicá-los para explicar a realidade situada em tempo e espaços distintos. Desta forma, este estudo traz duas contribuições. De um lado, faz uma avaliação crítica de resultados alcançados noutros estudos e, do outro lado, oferece uma explicação actualizada e mais próxima da realidade contemporânea.

A segunda razão, situa-se no nível mais teórico. É um apelo recorrente dentro da sociologia a necessidade de rever os conceitos e teorias clássicas, à luz da realidade contemporânea de modo a oferecer explicações mais próximas dos eventos hodiernos (ex: Beck, 2011). A revisão das pesquisas antigas e a produção de novos quadros teóricos e conceptuais não podem ser feitas sem entrar em contacto com a realidade vivida, dentro da ciência e no campo da pesquisa científica. Este trabalho é resultado de pesquisa científica feita junto da realidade da prática de lobolo.

Neste sentido, o nosso interesse no estudo é mostrar que, os indivíduos possuem a capacidade de reinventar a família em função das suas necessidades e circunstâncias, tomando como exemplo a prática do lobolo e o processo de negociação entre os cônjuges de linhagens diferentes.

Já apresentado a relevância do tema, pode-se constatar que o problema de pesquisa reside no facto das rápidas mudanças nas sociedades contemporâneas que ameaçam anacronizar os resultados de estudos anteriores, justificando a necessidade de novos e contínuos estudos.

A partir da leitura crítica que se fez e se apresentou na revisão da literatura, foi possível identificar e fundamentar o problema de pesquisa que justifica a realização do trabalho. É certo que os estudos consultados, reflectem realidades passíveis de serem observadas nas sociedades contemporâneas. No entanto, alguns deles tendem a focar-se naqueles eventos que estão sendo gradualmente transformados e ultrapassados. Refere-se aqui, a primeira e a segunda abordagem, a da conservação e a da continuidade e da descontinuidade das identidades culturais no seio dos casamentos mistos.

Na primeira abordagem, encontramos autores como (Santos e Araújo s.d; Gonçalves, 1997; Viera, 2006; Granjo, 2005; Bagnol, 2008), defendem a continuidade da linhagem patrilínea no seio dos casamentos mistos, por meio da prática tradicional do lobolo. É importante reconhecer o seu valor explicativo, mas apontar a sua limitação pelo facto de não considerarem que, o lobolo é um ritual cuja realização está sendo progressivamente desvalorizada, de um lado, e, a linhagem patrilínea não se impõe de forma absoluta a linhagem matrilinear, existindo espaço de interferências identitárias, do outro lado. Portanto, essa abordagem se interessa pelo estudo do lobolo como uma prática cultural pela qual se reproduz a identidade da linhagem patrilínea.

A segunda posição de autores como (Pinhos, 2011; Mussume, 2009; Taibo, 2012; Santana, 2009), defendem que a legitimação ocorre depois de a mulher passar a viver na casa do homem sem o recurso ao casamento. O argumento que se defende neste trabalho, está associado à terceira abordagem, na qual Magano (2012), defende que as continuidades e descontinuidades permitem a emergência de novas identidades. Assim, ao se associar a esta abordagem, é importante considerar que os processos pelos quais se dão origem às novas identidades, não são os mesmos em todos os contextos, podendo ser de imposição e resistência, de negociação ou de adesão a outras identidades culturais. Desta forma, é indispensável compreender os processos da realização e negociação da prática do lobolo nos casamentos mistos no contexto moçambicano.

A partir da última abordagem supracitada, defende-se que as uniões matrimoniais de indivíduos com origem em linhagens diferentes constituem-se como um espaço de emergência de novas identidades culturais. Assim sendo, considera-se relevante compreender os processos pelos quais são produzidas as identidades culturais no seio

desses casamentos. Pelo que, levanta-se a seguinte questão: *como é que os cônjuges de linhagens diferentes negociam e estabelecem as formas de realização do lobolo?* Para responder a esse problema, assumiu-se como hipótese que *a negociação na realização do lobolo entre cônjuges de linhagens diferentes dá se por negociação e troca de traços das linhagens de origem, dando origem a uma linhagem híbrida.*

O objectivo geral desta pesquisa é analisar as formas que os cônjuges de linhagens diferentes negociam e estabelecem na realização do lobolo. Entendeu-se que para a consecução desse objectivo, foi relevante definir os seguintes específicos: (i) descrever as linhagens de origem no seio dos casamentos mistos; (ii) descrever as experiências de negociação estabelecidas entre os cônjuges de linhagens diferentes na realização do lobolo; (iii) identificar as estratégias usadas por cônjuges de linhagens diferentes na conservação da identidade cultural de origem no casamento tradicional misto.

Os pontos que compõem este trabalho estão apresentados em 4 capítulos com seus respectivos subcapítulos e secções. No primeiro capítulo, apresentamos a revisão da literatura na qual discutimos os principais estudos identificados sobre a prática do lobolo e a sua legitimação. No segundo capítulo, apresentamos o enquadramento teórico e conceptual onde trazemos a triangulação teórica entre a teoria de estruturação de Giddens (2003b) – e da modernidade reflexiva de Giddens (1991c). No terceiro capítulo, apresentamos a metodologia na qual destacamos os métodos e técnicas de recolha de dados e de selecção da amostra usados, assim como os constrangimentos enfrentados ao longo do trabalho. No quarto capítulo, apresentamos a discussão, análise e interpretação dos dados na qual trazemos os dados sobre o perfil sociodemográfico dos entrevistados; as origens culturais dos entrevistados; as experiências de negociação estabelecidas entre os cônjuges no lobolo; as estratégias adoptadas pelos cônjuges na conservação da identidade cultural de origem. Finalizamos com as considerações finais e referências bibliográficas.

Capítulo 1. Revisão da Literatura

Nesta parte do trabalho realizamos a revisão da literatura tendo como base diferentes estudos desenvolvidos em torno da prática do lobolo. O objectivo desta revisão é fazer uma discussão entre autores destes estudos, de modo a identificar as posições assumidas, assim como assumir o nosso posicionamento com base no qual construímos o problema de pesquisa que procuramos analisar com trabalho. De acordo com leitura dos mesmos, pode-se agrupar os estudos em três posições, para as quais são apresentados autores representantes das mesmas.

Retratamos em primeiro lugar os estudos que, defendem a reprodução de práticas que visam assegurar a conservação e continuidade de um determinado sistema linhageiro dos cônjuges. Nesta posição, estão os estudos de (Santos e Araújo, s/d); Gonçalves 1997; Vieira2006; Granjo,2005; e Bagnol,2008), defendem que se o lobolo é uma prática cultural pela qual se reproduz a identidade linhageira patrilinear. A segunda posição, é de autores como (Pinho,2011; Mussume,2009; Taibo2012; e Santana2009), defendem que a legitimação ocorre depois de a mulher passar a viver na casa do homem, sem o recurso ao casamento e a terceira, defendida por Magano (2012), mostra que os cônjuges envolvidos estabelecem uma forma de relacionamento dialéctico na qual novas formas de identidade cultural emergem, distinguindo-se e distanciando-se das formas originais de ambas as partes.

Na primeira posição, trazemos o estudo de Santos e Araújo (s.d), do contexto angolano, onde se fala de prática de *kuvale* e *mosuo* como cerimoniais realizados para legitimar a passagem da mulher para casa do seu parceiro, pelo que, são processos impostos para essa finalidade, embora algumas estejam a perder espaço. Das práticas que foram perdendo importância e desaparecendo do ritual do casamento, são cânticos obscenos sendo apenas realizados quando alguém se recorda dentre os iniciados.

De acordo com Santos e Araújo (s.d), nos grupos etnolinguísticos de origem Bantu no sul de Angola, os ritos de passagem das raparigas estão destinados a prepará-las para outros rituais posteriores, que são o casamento e a maternidade dentro da sua união. Neste sentido, pode-se afirmar que a realização do casamento está tradicional e culturalmente

condicionada a realização de ritos de passagem, nos quais as mulheres recebem uma preparação que as torne em condições para cumprirem com as exigências da sua união matrimonial.

Quanto ao casamento em si, este acto é iniciado com os toques de batuques que anunciam a submissão do noivo a um outro ritual com o objectivo de lhe conferir credibilidade para tomar para si a noiva já antes iniciada. Este ritual é orientado pela sogra mais velha e a submissão do homem (noivo) ao ritual é forma de legitimar a união, afirmando as suas condições, em termos de maturidade, de se casar com a mulher também acreditada (Santos & Araújo, s/d).

A fragilização do lobolo enquanto um imperativo tradicional se observa nas situações nas quais os indivíduos realizam uniões sem passar por essa prática. Bagnol (2008), descreve um caso no qual a mulher envolvida, por ter viver com homem sem a realização do lobolo, enfrentou problemas de saúde e de gravidez. Foi uma situação acompanhada de mortes e sofrimento que só foram superadas com a realização do lobolo.

Os efeitos negativos da não realização do lobolo, ao recaírem sobre a mulher revelam a relevância da sua identidade, no que diz respeito a sua fertilidade. Com efeito, as famílias das mulheres são raramente afectadas pela ausência do lobolo, os espíritos das mesmas (mulher) que exigem a realização do lobolo. A não realização do lobolo resulta na incapacidade de a mulher reproduzir, fazendo com a família do homem não tenha os benefícios da reprodução da sua prole, de modo a fazer com que reconheçam o carácter primordial da prática do lobolo na união matrimonial (Bagnol, 2008).

O outro autor da primeira posição, é Granjo (2005), que no seu estudo com o tema “Lobolo em Maputo: um velho idioma para novas vivências conjugais”, defende que o lobolo é uma forma de casamento tradicional por meio da qual o homem possui o direito de propriedade sobre os filhos. Para o autor, não se trata aqui de a noiva ou mulher passar a ser propriedade da família do homem, mas de ela ser para assegurar que os filhos a serem gerados sejam de pertença da família do homem, o que representa uma forma tradicional e cultural de garantir a reprodução da identidade cultural da linhagem do marido dentro da relação.

Uma das formas de promover a reprodução da identidade cultural, de acordo com Granjo (2005), é por meio da atribuição dos apelidos aos filhos. Sendo da pertença da família do homem, os filhos devem receber o apelido dessa família, assim sucessivamente até as gerações subsequentes. Desta forma, o lobolo é uma prática cultural com poder suficiente para fazer com que as dinâmicas dentro dos casamentos entre pessoas e cônjuges diferentes favoreçam a reprodução da identidade cultural do homem.

Um outro ponto de encontro entre os dois autores acima supracitados, é o facto de conceber o lobolo como um meio de estabelecer ligação com os antepassados, pelo que, mesmo realizado tem o poder de operar no espiritual, isto é, no sobrenatural. Pode-se considerar que, essa dimensão de ponte entre o natural e o sobrenatural garante o carácter imperativo do lobolo, fazendo com que as pessoas pautem pela sua realização, nas regiões onde predomina a linhagem patrilinear.

Nota-se que, com o exposto acima os autores analisaram apenas o lobolo, o que pode ter concorrido para que o seu argumento girasse em torno da conservação da identidade cultural do homem. Assim, ao analisar outras dimensões das práticas culturais, pode-se chegar a outras inferências quanto a produção das identidades culturais no seio dos casamentos mistos entre linhagens diferentes.

Neste grupo de estudo, destacamos ainda Gonçalves (1997), ao estudar a comunidade dos *Pirahã* na realidade Indiana, afirma que o casamento implica a passagem da mulher para casa do homem e que este tem que apresentar uma forma de pagamento que não significa, um acto de compra da noiva. Assim, o que se deve pagar por uma mulher não se refere a mulher em si, mas ao que se pode designar de serviços da noiva. Neste sentido, a mulher está destinada a entrar para uma união na qual prestará serviços pelos quais o homem pagou na realização do casamento.

O casamento é um espaço de estruturação das relações sociais, que o homem e a mulher vão estabelecer e experimentar na nova família que passam a constituir, se reservando a aquele, que uma vez tendo realizado pagamento, o direito de reclamar pelos serviços que esta presta. Sem a realização do casamento este direito do homem não é reconhecido, pois não terá havido espaço para que se procedesse com o referido pagamento.

De acordo Gonçalves (1997), verifica-se que o casamento é um fenómeno que vem passando por transformações, em algumas realidades sociais e culturais ganham diferentes formas, noutras incorporam novos aspectos e noutras vão perdendo alguns dos seus aspectos que lhe eram antes característicos. Contudo, o casamento é um espaço como que enquanto um ritual, é ao mesmo tempo um espaço de passagem, estruturação, integração e legitimação da união que se realiza entre homem e mulher pertencentes a grupo não-consanguíneos.

Com relação aos itens explorados no estudo de Gonçalves (2006), no seu estudo, Vieira (2006), afirma que o processo de união entre as partes envolvidas quando não passa pela realização de uma cerimónia específica que desempenha um papel fundamental na transmissão de valores e normas comportamentais pode fazer com que os indivíduos construam seus próprios valores. Fazendo uma comparação entre homens e mulheres, o autor afirma que estas segundas são as que mais têm pautado pela realização de união sem passar por cerimónia aconselhadas culturalmente.

Essas formas de união que não passam por cerimónias específica levam o nome *de relação por consenso*, para se referir ao facto de o homem e a mulher terem-se unido porque chegaram a consenso que assim deviam proceder. Assim, não existe uma instituição ou uma terceira pessoa envolvida com a função de reconhecer essa união. Mas as coisas nem sempre funcionaram dessa maneira, visto que, no passado e ainda em alguns lugares, os indivíduos precisam de realizar cerimónias para materializem a sua união.

Se no passado as coisas não eram assim e no presente tendem a ser, quer dizer que as novas gerações estão a provocar profundas alterações nas práticas sociais/ culturais de união conjugal, pode-se falar de *transformações geracionais*. Para Vieira (2006), enquanto as antigas formas de casamentos eram o religioso e o civil, as novas gerações realizam um *casamento por consenso*, que hoje designamos na sociedade moçambicana de união de facto. Assim, a religião e o registo civil podem não reconhecer o casamento por consenso como uma forma de união legítima, considerando que os jovens ainda não realizaram lobolo para cumprimento dos princípios institucionalizados.

Nesta primeira abordagem, vimos que os autores apontam para diferentes cerimónias de casamento por meio das quais o homem e a mulher conquistam a legitimação da sua união junto da família desta. Portanto, o casamento é apontado como o único meio de legitimação independente do tipo, podendo ser religioso, civil ou tradicional. Este posicionamento, vê a legitimação como um processo que tem lugar antes da transferência da mulher, é com base nesse pressuposto que os autores afirmam que a não realização desse cerimónia coloca o casal unido em situação de ilegítima, sendo obrigados a vivenciar suas consequências.

A segunda posição é defendida por autores que possuem um entendimento bastante diferente, na medida em que concebem que a legitimidade é um processo que pode ocorrer após a passagem da mulher para a casa do homem.

Podemos afirmar que, os estudos apresentados anteriormente retractam que o lobolo visa assegurar a conservação e continuidade de um determinado sistema linhageiro dos cônjuges. Assim, no segundo grupo dos estudos identificamos trabalho de Santana (2009), defende que o lobolo é uma forma de casamento de reconhecimento social e que confere a mulher um *status* social, pelo que aquela que não passa por esta prática estava sujeita a muitos constrangimentos por parte, tanto de outras mulheres como da família, uma vez que a sua união não era reconhecida e, conseqüentemente, legitimada. O mesmo se afirma em relação ao lobolo, pois, ao passar por esta cerimónia ganha afirmação no seio do grupo social e na linhagem dos antepassados.

No entanto, o lobolo está sujeito a mudanças ao longo do tempo, passando gradualmente de uma prática baseado em um sentido colectivo para assumir um sentido mais individual, havendo pronunciamento em relação a continuidade dessa prática de casamento, concebida como uma forma de reprodução da dominação masculina, reforçando dos homens sobre as mulheres. Para outros, a prática do lobolo visa compensar a saída da mulher da casa da família para a casa do seu parceiro, que passa usufruir de benefícios, como por exemplo a descendência e a produção (Santana, 2009).

As mudanças ocorridas no lobolo se manifestam em determinadas situações apenas na dimensão simbólica, conservando a sua dimensão material. Num caso explorado por Taibo (2012), em Moçambique o homem que realiza o lobolo segue as práticas

necessárias para a orientação da cerimónia, no entanto, demonstra o desconhecimento do seu significado e da sua importância no contexto cultural. Neste sentido, afirma-se que o carácter individual do lobolo manifesta-se nas necessidades espirituais e morais.

A afirmação do parágrafo acima, sugere que os indivíduos realizam o lobolo por uma questão de conveniência sem que essa prática tenha o mesmo significado partilhado colectivamente no contexto cultural do qual faz parte. Com efeito, por exemplo, o vinho branco, o *mukumi* e o uso de determinadas notas não são atribuídos as mesmas funções no contexto contemporâneo (Taibo, 2012). Este autor, sublinha também a tendência para se agregar o lobolo ao casamento civil ou da igreja, que significa a apropriação de valores e práticas referentes a outras formas de união conjugal que dialogam com o lobolo.

Os indivíduos reconhecem a importância da realização do lobolo para que a sua união seja reconhecida no seu meio social, independentemente do sentido que essa prática assume para eles. Do mesmo modo, o colectivo não procura assegurar que o homem e a mulher estejam efectivamente a realizar e participar do lobolo baseando-se no seu conhecimento sobre os significados e função dos elementos simbólicos e materiais envolvidos, contribuindo assim, para que se tenha uma prática esvaziada do seu conteúdo simbólico.

Mudanças semelhantes são apontadas por Pinho (2011), defende que o facto de o lobolo constituir uma forma de casamento que garante as crianças uma posição legítima dentro da sociedade, significa a articulação entre pessoas de grupos distintos, fazendo com que os pais também ganhem novas posições na estrutura social. Em situação contrária, os filhos não ganhariam o mesmo reconhecimento social, podendo ser vistos como ilegítimos.

O casamento envolve ainda um conjunto de prestações que desempenham a função de legitimação do casamento ou da união estável que articulam a circulação das mulheres, constituindo uma forma de reprodução social e de acumulação de riqueza ao longo e gerações nas sociedades contemporâneas (Pinho, 2011). Este autor, ao contrário do que afirmam Santana (2009) e Taibo (2012), reconhece o facto de o lobolo conservar ainda a sua dimensão colectiva, reformando-a no seio de grupos em união. O mesmo entendimento é apresentado por Mussume (2009), ao afirmar que a sua descrição de um

caso de realização do lobolo demonstra o carácter colectivo da aliança entre os tsonga, destacando-se o papel dos mais velhos como entidades merecedoras de respeito.

É este o exercício que Mussume (2009), faz no seu estudo ao afirmar que, do ponto de vista da consciência colectiva, na prática do lobolo destaca-se o papel dos mais velhos na transmissão de informar as gerações mais novas, faz com que, seja exigido deste respeito com relação a posição daqueles. São os mais velhos que assumem a função de, assegurar e defender o lobolo enquanto uma consciência colectiva contra qualquer iniciativa de a violar. Do mesmo modo, reconhecendo a função do lobolo e o casamento civil, Mussume (2009), distingue-os sociologicamente afirmando que, o primeiro tem a ver com a legitimidade dada pelo costume e o segundo com a legalidade.

A defesa da consciência colectiva por parte dos mais velhos é responsável pelo conflito de gerações que se vive no âmbito do lobolo. De acordo com Massume (2009), os mais velhos acusam as gerações mais novas de faltar respeito a sua posição, de não estarem a seguir com a tradição e, principalmente, de estarem a perder valores. Nesta reflexão, O autor sustenta que , estas representações dos mais velhos sobre o comportamento dos mais novos são apenas alguns dos indicadores das mudanças que vêm ocorrendo ao nível da prática do lobolo em Moçambique.

Nestas situações realiza-se a descrição antropológica do lobolo, no sentido de demonstrar que se trata de uma prática que ainda tem lugar no Moçambique contemporâneo, aponta-se as mudanças da pratica do lobolo que vêm tendo lugar na região sul do país. Essas mudanças ocorrem dentro do lobolo enquanto um sistema simbólico e material, assim como na sua relação com o ambiente interno com o qual cambia alguns elementos.

Vimos que, a segunda abordagem mostra também duas questões. Primeiro, a legitimidade pode e ocorre efectivamente após a realização da união consumada consensualmente. Segundo, o filho aparece como o elemento de legitimação, o que não deixa de ser verdade, no entanto, ainda fica por explicar a legitimação que ocorre naquelas situações nas quais não se teve nenhum filho.

A terceira posição que se apresenta neste trabalho, reconhece o argumento defendido na segunda abordagem e, de certo modo, parte dele, no entanto estendendo-o para argumentar que as continuidades e descontinuidades estão a resultar na emergência de

novas identidades culturais, as identidades híbridas. Nesta última abordagem, destaca-se apenas o estudo de Magano (2012), com o título “Pluralidade e reconfiguração da identidade cigana em Portugal”, defende que os cônjuges envolvidos estabelecem uma forma de relacionamento dialéctico na qual novas formas de identidade cultural emergem, distinguindo-se e distanciando-se das formas originais de ambas as partes.

De acordo Magano (2012), não devendo ser tratado como um fenómeno puramente racional, os indivíduos envolvidos nos casamentos mistos distanciam-se dos valores, costumes e regras tradicionais, que não participam muitos dos rituais das duas famílias de origem para aderir, e ao mesmo tempo, criar novos rituais, valores, costumes com base nos quais produzem e reproduzem as suas identidades culturais. É relevante observar, que esses casais são caracterizados por uma dinâmica cultural, onde as suas identidades estão continuamente a ser reinventadas.

Fica evidente que, em muitos aspectos culturais é possível constatar a emergência de novas identidades, desde a atribuição de nomes aos filhos, sua educação, religião praticada, gastronomia. Na óptica de Magno (2012), os casais mistos adoptam uma lógica dialógica de relação, abrindo espaço para propostas, discussão a aprovação recíproca, sendo que ambos decidem por que aspectos enveredar. No entanto, existe também a componente não intencional, que resulta dos encontros mistos que os casais vão tendo com outras culturais no contexto em que se encontram inseridos.

De acordo com os dados deste último estudo, conclui-se que a emergência de novas identidades culturais, especificamente as híbridas, resultando de diferentes processos: O primeiro se refere a decisão pela adopção das culturais de ambos os cônjuges; o segundo é a tentativa de imposição da cultura de uma outra parte, estando esta sujeita a assimilação por aquela; o terceiro é a adesão a uma nova cultura diferente da cultura dos dois cônjuges. Em todos estes sentidos, de uma forma ou de outra, os aspectos de origem ameaçam ressurgir, o que torna possível a mesclagem de culturas e, conseqüentemente, a emergência de novas identidades culturais.

A realidade social que observamos e da qual partimos para a realização do presente trabalho, mostra que as formas de casamento tradicionais vem cedendo lugar a novas

formas de união, em que a legitimação pode ocorrer após a sua materialização, visto que, a família da mulher acaba reconhecendo a família constituída.

As três abordagens que expusemos nesta revisão reflectem sobre realidades sociais e culturais semelhantes, diferendo na forma como interpretam e nomeiam os processos que estão a ocorrer quanto à produção das identidades culturais. Se os casamentos mistos são um espaço de continuidade e descontinuidade, são também, tendencialmente espaço de constantes biculturação e hibridismo. Compreendemos que estes dois últimos processos, defendidos na segunda posição das duas acima, reflectem melhor a realidade da produção de identidades culturais nos casamentos mistos, pelo facto de as culturas não estarem inseridas no contexto onde o encontro é apenas entre a cultura dos dois cônjuges, mas de uma multiplicidade de culturas cuja complexidade torna difícil falar de continuidades ou descontinuidades como se fosse possível conservar os aspectos culturais intactos.

1.1. Formulação do Problema

O loboloseve de ritual de reconhecimento, legitimação da união das relações conjugais, ou seja, da nova família que se constitui com a união dos conjugues de linhagens diferentes. Como afirma Bagnol (2008), a sua não realização pode resultar em efeitos negativos para o casal, especialmente para a mulher a quem recai a centralidade da cerimónia. Nestes termos, Mussume (2009), afirma que o lobolo tem a ver com a legitimidade dada pelo costume.

De acordo com Granjo (2005), o lobolo desempenha o papel de reconhecimento da relação matrimonial, de valorização do estatuto docasal, e regulamentação da descendência e da domesticação das potenciais contigências. Bagnol (2008), afirma que o lobolo estabelece relação entre os ancestrais, o casal e sua família. Seja por isso que, mesmo antes da realização do casamento civil se realiza o casamento por lobolo (Mussume, 2009). Desta forma, a realização do lobolo não é um fim em si, pelo contrário, está vinculado a posição social e cultural do casal que se forma, no sentido de conferir uma legitimidade que permite ganhar reconhecimento social, estabelecer relações com as suas famílias e grupos de conhecidos, construir uma família com filhos também reconhecidos, ganhando respeito no seio das pessoas com as quais se relacionam.

Na região sul de Moçambique, encontram-se casais cuja união passou pela realização do lobolo embora estejam inseridos num contexto sociocultural diferente, onde é imperativo costumeiro e os indivíduos em união reconheçam a sua importância. É neste sentido que, o argumento que se defende neste trabalho está associado à terceira abordagem em que Magano (2012), defende as continuidades e descontinuidades da prática do lobolo porque permitem a emergência de novas identidades. Embora, se associa a esta abordagem é importante considerar que, os processos pelos quais se dão origem às novas identidades não são os mesmos em todos os contextos, podendo ser de imposição e resistência, de negociação ou de adesão a outras identidades culturais. Desta forma, é indispensável compreender os processos em curso nos casos concretos dos casamentos mistos no contexto moçambicano.

A partir da última abordagem acima, defende-se que as uniões matrimoniais de indivíduos com linhagens diferentes constituem-se como um espaço de emergência de novas identidades culturais. Assim sendo, considera-se relevante buscar compreender o processo pelo qual faz-se a negociação na realização de lobolo em cônjuges de linhagens diferentes.

Capítulo 2. Enquadramento Teórico e Conceptual

2.1. Quadro Teórico

Pretendendo-se inserir este estudo em níveis geral e específico da sociologia. Optamos por fazer uma combinação das propostas de Giddens (1991c, 2003b), conjugando a sua teoria geral da Estruturação e a suas contribuições específicas sobre as consequências da modernidade. A seguir são expostos esses dois quadros teóricos, operacionalizando os seus principais conceitos.

Para a leitura do presente estudo, orientámo-nos com a teoria da Estruturação Giddens (2003b), que propõe superar o dualismo entre a acção e estrutura. Parte do princípio de que ambas se influenciam mutuamente, pelo que, dedica-se a explicar esse processo de influência mútua por meio de conceitos dentre os quais mencionamos: *estrutura, práticas sociais, reflexividade, monitoração reflexiva, agente e agência*.

De acordo com o autor, designa-se estrutura ao conjunto de recursos existente na forma objectiva e disponíveis para os indivíduos por meio dos quais orientem e reproduzem as suas acções e esses recursos podem ser valores, crenças, normas, técnicas entre outros. Para agir dentro da sociedade, os indivíduos precisam de se servir desses recursos, e este é o momento no qual a estrutura influencia – condicionando de certa forma – o indivíduo.

É por meio do processo de socialização ou interiorização que os indivíduos têm acesso aos recursos a sua disposição na estrutura social. No entanto, esse processo de apreensão e aplicação dos recursos ocorre de forma reflexiva, ou seja, é feita de forma crítica, na medida em que os indivíduos não se limitam a reproduzir o que lhes é transmitido. Pelo contrário, eles demonstram a capacidade de questionar, seleccionar e distanciar-se de alguns dos recursos sociais que lhes são transmitidos, aplicando aqueles que ajudam a perseguir e satisfazer os seus interesses.

A busca pela satisfação dos interesses ocorre, de acordo com Giddens (2003b), por meio de monitoração reflexiva. O conceito de monitoração reflexiva é usado para referir à capacidade dos indivíduos de orientar as suas acções reflexivamente, para avaliar e redefinir o sentido que tomam, o que pode fazer variar a selecção e aplicação dos

recursos necessários. Este é o momento em que os indivíduos, tomam decisões que podem influenciar para transformações na estrutura social.

Para referir-se a esse momento de reprodução e transformação da estrutura social, Giddens (2003b), sugere o uso do conceito de práticas sociais em detrimento de facto social e acção social, enquanto objecto de estudo da sociologia. De acordo com o autor, práticas sociais podem ser definidas como actividades organizadas que, constituem-se meios de reprodução e transformação da estrutura social, ou seja, as práticas sociais são o espaço onde se dá o encontro de influência recíproca entre a estrutura e acção.

É preciso de acordo com o autor, assumir que não obstante todos os indivíduos podem realizar práticas sociais em sociedades, mas nem todos devem ser vistos como agentes. Este é o conceito que o autor reserva para aqueles actores sociais que revelam a capacidade de provocar mudanças na estrutura social, ou aqueles cujas decisões podem transformar ao longo do tempo e espaço a estrutura social, por meio do questionamento dos recursos estruturais que aplicam ou não no seu dia-a-dia.

Para compreender o poder de transformação do agente torna-se indispensável compreender o conceito de agência. Agência é a menor ou maior extensão dos efeitos não desejados para além dos efeitos desejados no tempo e no espaço. Giddens (2003b), afirma que enquanto os efeitos desejados visam alcançar os objectivos do agente, os não desejados não só escapam a sua racionalidade como também tem a possibilidade de vir a gerar transformações na estrutura social a medida que se reproduzem no tempo e espaço.

Os conceitos acima mencionados, foram aplicados para análise do processo de realização e negociação da prática do lobolo nos casamentos mistos, considerando que esse fenómeno ocorre num contexto em que os agentes estão em relação com uma estrutura social, na qual encontram recursos por meio dos quais relacionam, buscando alcançar reflexivamente os seus interesses. Estes conceitos foram aplicados num contexto específico, o da modernização reflexiva. Com isso, recorreu-se ao conceito de destradicionalização para entender melhor a relação entre os agentes e sua cultura de origem.

De acordo com Giddens (1991c), na modernidade reflexiva os indivíduos enfrentam desafios cujas respostas não podem ser buscadas nas estruturas tradicionais, que se

revelam incrustadas para cumprirem com essa finalidade. Desta forma, os indivíduos são obrigados a encontrar novos recursos para enfrentarem as diversas situações com as quais se deparam no seu dia-a-dia.

É a obrigatoriedade de encontrar novos recursos que fazem os indivíduos vivenciarem o processo de destradicionalização. Com este conceito, o autor se refere ao processo por meio do qual os indivíduos tendem a abandonar a tradição para orientarem suas práticas sociais e enfrentarem seus desafios por entenderem que a mesma de nada serve nas sociedades contemporâneas, onde novas fontes e diferenças na tradição, devem ser encontradas. De acordo com Giddens (1991c), essas fontes são os sistemas peritos, nos quais vários especialistas emergem e se espalham na sociedade por meio, por exemplo, da internet.

Ao combinar a Estruturação com o conceito de destradicionalização, pretendeu-se construir um referencial teórico com base no qual os casamentos mistos possam, de um lado, ser interpretados em três níveis: individual (dos cônjuges), institucional (do casamento) e estrutural (da sociedade), e considera-se que esses níveis se relacionam, complementam-se e influenciam-se num contexto peculiar da modernidade reflexiva, em que a tradição tende a ser abandonada e esquecida, dando origem a novas formas de vivenciar as práticas sociais, do outro lado.

2.2. Definição e operacionalização dos conceitos

É importante definirmos os conceitos de modo a operacionalizá-los para orientarmos o processo de recolha e análise dos dados que nos permitirão testar a nossa hipótese de estudo.

2.2.1. Linhagem

A partir de Glenn (2004), pode-se ter uma ideia precisa do conceito de linhagem. De uma forma geral, trata de uma casta, uma série de gerações de parentesco. Mas especificamente, o autor define linhagem como a recorrência de instâncias comportamentais entrelaçados, aprendidas e transmitidas a novas gerações de integrantes de uma prática cultural.

É no sentido acima, que se aplica o conceito de linhagem neste trabalho, isto é, como se tratando de instâncias comportamentais que garantem a continuidade de comportamentos ao longo de gerações que se sucedem. Para que tal ocorra, é indispensável a existência de práticas que asseguram a transmissão e continuidade intergeracional.

2.2.2. Casamento misto

Na exploração bibliográfica que se fez, constatamos que não existem diferenças significativas entre as definições propostas por vários autores sobre casamento misto. Desta forma, não houve necessidade de arrolar muitas definições, sendo que uma delas é suficiente para a operacionalização do conceito para as finalidades deste trabalho.

Apresentamos a perspectiva de Raposo e Togni (2009), segundo a qual casamento misto é aquela união matrimonial que envolve pessoas de origem religiosas, raciais ou culturais diferentes, em que geralmente é entre nacionais e estrangeiros.

Neste trabalho, não se trata de estrangeiro e nacional, mas de cônjuges com origem em diferentes contextos culturais nas quais se pratica diferentes sistemas linhageiros. Define-se casamento misto, como aquela união que ocorre entre indivíduos de diferentes sistemas linhageiros (matrilinear e patrilinear).

2.2.3. Lobolo

Lobolo é um conceito que não reúne consenso no seio do debate académico, podendo cada autor optar por valorizar uma ou algumas dimensões em detrimento de outras. Socorremo-nos do debate realizado por Taibo (2012), sobre esse conceito no qual destaca as contribuições de alguns autores.

Esta definição traz consigo novos elementos relevantes a serem destacados, embora, com a finalidade de a descartar. Decerto que, a relação directa entre homem e mulher no sentido de constituição de casamento é uma questão de relevância para o nosso trabalho. Porém, a excessiva tónica colocada na questão económica, como observa Taibo (2012), constitui um facto bastante redutor e empobrecedor da definição, na medida em que ignora outros factores que existem no universo do lobolo.

Para compreender a complexidade do lobolo, é indispensável que todos os factores que o caracterizam sejam devidamente definidos, permitindo uma compreensão em

profundidade da prática que está sendo banalizada pelos jovens. A terceira definição apresenta mais dimensões e indicadores que estão em harmonia com o objectivo do nosso trabalho, pelo que devemos tecer mais comentários e dar a devida atenção.

Rita-Ferreira (1971, *Apud* Taibo, 2012), distanciando-se da visão de Taibo (2012), economicista do lobolo. Ela enaltece as múltiplas funções dessa prática, afirmando que: representa uma compensação (no sentido lato) e não um 'dote' nem um 'preço de compra' como erroneamente alguns o têm considerado. O lobolo legaliza a transferência da capacidade reprodutora da mulher para o grupo familiar do marido, de que passará a fazer parte; dá carácter legal e estabilidade à união material; torna o marido e a respectiva família responsáveis pela manutenção e bem-estar da esposa; legitima os filhos gerados que se consideravam sempre pertencentes à família que havia pago o lobolo; e, representa um meio de aquisição de outra unidade reprodutora para o grupo enfraquecido pela cedência de uma das suas mulheres.

Nesta última definição, frisamos que o lobolo desempenha uma série de função, como compensar pela passagem da mulher, legalizar a pertença dos futuros filhos a família do marido, garantir a ordem da nova família, responsabilização do marido, legitimação da pertença dos filhos. Estas e outras funções do lobolo mostram que, a sua não realização implica a ausência de todos esses elementos cuja função pode ser resumida entre conservar a ordem na família da mulher e do homem, bem como da relação entre elas.

Neste trabalho, vimos o lobolo nos termos colocados por esta última dimensão, considerando-o como uma prática que envolve todos os elementos e que desempenha toda essa função, pelo que, a sua não realização implica a construção de uma família sem esses processos de compensação, legalização e legitimação.

Capítulo 3. Metodologia

Neste capítulo, apresentamos a metodologia que orientou a realização da pesquisa. Ao considerar-se a natureza do problema levantado, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (1994), este tipo de pesquisa permite compreender o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes dos nossos respondentes. A exploração desses aspectos da realidade dispensa qualquer critério numérico, sendo que, valoriza o universo de significados dentro do qual os indivíduos vivenciam as suas interações sociais.

A realização da pesquisa qualitativa foi fundamental para construir as relações dentre cônjuges de linhagens diferentes, uma vez que, permitiu explorar e incidir sobre aqueles aspectos mais significativos, fazendo encontrar o ponto de vista dos sujeitos observados e o ponto de vista da investigadora, informados pelas teorias e conceitos operacionalizados. No curso da investigação, houve momento que foi necessário rever alguns aspectos do projeto de pesquisa inicial, com vista a adequar às exigências da realidade social com a qual íamo-nos deparando. Por exemplo, o que conjecturamos inicialmente tratar-se de apenas práticas culturais, foi emergindo à medida que se procedia com a exploração da literatura e com a interpretação dos dados, como questões identitárias.

Desta forma, a abordagem qualitativa é a que melhor oferece elementos metodológicos que melhor permitem aceder a esse nível da realidade social. Neste trabalho, adoptamos uma abordagem inteiramente qualitativa, começando por considerar que o lobolo é um fenómeno que sendo partilhada colectivamente, assume uma existência subjectiva, na medida em que os indivíduos interiorizam-no de acordo com as suas experiências particulares de forma reflexiva.

3.1. Método de Abordagem

Este trabalho tem como método de abordagem o indutivo. Gil (2008), afirma que este método permite assumir alguns poucos casos como objecto de estudo inicialmente, procedendo progressivamente com a análise de mais casos até atingir o ponto de saturação. Para valorizar a perspectiva dos sujeitos observados o método indutivo foi fundamental. Assim, as hipóteses de estudos foram concebidas com base nas experiências

e contacto que tínhamos com o fenómeno em estudo e só posteriormente foram seleccionados as teorias e os conceitos-chave.

Na aplicação do método indutivo, o estudo começou por seleccionar e observar atentamente alguns poucos casos de lobolo de linhagens diferentes, de modo a identificar e captar aspectos que os tornavam semelhantes e distintos. Em função dos recursos disponíveis em forma limitada, não foi possível saturar os casos de lobolo de linhagens diferentes até não obter mais informação. A alternativa foi saturar a informação disponível sobre os casos seleccionados até não encontrar mais alguma novidade.

De forma geral, a aplicação deste método permite partir dos cônjuges de linhagens diferentes para aferir a forma como eles constroem interpretam os procedimentos tradicionais adoptados para a constituição das relações conjugais, o que nos permitiu-nos apreender os valores, crenças e significados da adopção de novos procedimentos para a negociação na realização do lobolo.

3.2. Método de Procedimento

Como método de procedimento recorremos a fenomenologia que, de acordo com Berger e Luckmann (2004), é puramente descritivo. Já Gil (2008), define o método fenomenológico como aquele que, por meio do qual o observador incide sobre o que está dado na consciência dos indivíduos, assumindo como informação válida passível de ser produzida com dados. Por meio do que se designa de redução fenomenológica, o investigador conduz o indivíduo a tomar atenção para suas próprias experiências, atribuindo-as sentido. Com este método, pretendemos analisar as dinâmicas e práticas culturais e identitárias no seio dos casamentos mistos, sob ponto de vista dos significados que os sujeitos entrevistados atribuíram às suas vivências.

A aplicação da fenomenologia como método de procedimentos, consistiu na elaboração de algumas perguntas-chave por meio de um guião de entrevista, com referências as quais foi-se conduzindo os entrevistados a atentarem e seleccionarem aqueles aspectos que consideravam mais significativos como constituintes das suas práticas dentro dos casamentos mistos. Refere-se aos valores, crenças e sentido que reproduziram desde as suas origens, e que foram perdendo, ganhado e emergindo no seio dos casamentos mistos..

3.3. Técnica de Recolha de Dados

A produção de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Marconi e Lakatos (2009), esta técnica possibilitou ao investigador assumir uma série de perguntas antes definidas e colocá-las sistematicamente aos entrevistados, reservando a si o direito de formular novas perguntas e ao entrevistado espaço para oferecer respostas livremente. Esta técnica foi-nos apropriado para operacionalizar a redução fenomenológica, dando ao interlocutor a liberdade de expressar-se e, ao mesmo tempo, explorar novos aspectos que iam emergindo ao longo da narração.

As entrevistas foram realizadas durante um período de dois meses, tendo iniciado em Fevereiro e terminando em Março de 2022. Para a sua realização recorremos a um guião de entrevistas e um bloco de notas para conservar as informações recolhidas, uma vez que, de uma forma generalizada, as pessoas abordadas não consentiram o uso de gravador. As entrevistas foram conduzidas em locais indicados pelos interlocutores, sendo que, em alguns casos a investigadora teve de deslocar-se para as residências dos mesmos (interlocutores).

A realização das entrevistas teve uma duração média de 30 a 45 minutos, até o momento em que se anotavam as respostas começavam a ser repetitivas, visto que, focamo-nos em aspectos que permitissem alcançar os objectivos de pesquisa e testar as hipóteses definidas. Durante as entrevistas, consideramos relevante captar informação relativamente aos gestos dos interlocutores, uma vez que, nalguns momentos o silêncio era substituído pela linguagem gestual.

3.4. População e Amostra

A nossa *amostra* foi constituída por os casais mistos, especificamente os cônjuges envolvidos nos casamentos mistos (este casamento foi feito tradicionalmente, através do lobolo), com pelo menos dois anos de relacionamento. Estes com origem em sistemas linhageiros diferentes (matrilinear e patrilinear), estar a residir na mesma casa e os cônjuges consentiram a sua participação no estudo. O tipo de casamento tradicional (lobolo) foi critério considerado para encontrar os nossos informantes.

Para a constituição da amostra, recorremos a amostragem por bola de neve. De acordo com Sanchez e Nappo (2002), esta amostra consiste em recorrer aos informantes para que o investigador possa aproximar-se da população investigada, onde foi possível identificar os diversos grupos com os quais trabalhamos. Isto é, esta amostragem permitiu a investigadora partir de alguns casos conhecidos e aos quais teve acesso para chegar a outros casos, aos quais não chegaria sem a ajuda daqueles. Esta amostra, foi fundamental para este estudo, uma vez que, não se tinha informação básica por meio da qual se poderia encontrar casais mistos com as características acima descritas.

Trabalhamos com um total de seis (6) famílias, foi possível graças a intervenção do primeiro casal com o qual estabelecemos contacto por indicação de uma outra pessoa conhecida que não fazia parte do universo de pesquisa. A contribuição desse primeiro casal foi fundamental, não só para identificar outros casais, mas também para facilitar o seu consentimento para participar do estudo, uma vez que, foi devidamente esclarecido que tratar-se de uma investigação com finalidade académicas. Totalizamos assim, seis (6) famílias, o que resultou em doze (12) entrevistados, o que ocorreu em função do limite da rede de relacionamento dos interlocutores consultados. Não podendo chegar a outros casos de casamentos mistos nas condições acima descritas, optamos por encerrar a busca e realizar um estudo de casos múltiplos, o que foi facilitado pelo método de abordagem indutivo antes referenciado.

3.5. Princípios Éticos Observados na Pesquisa

Consideramos relevantes, observarmos algumas questões éticas, nomeadamente: consentimento informado, confidencialidade, anonimato e privacidade. Para a primeira questão, a investigadora adoptou, em todos os casos, uma postura de abertura e comunicação, informando aos interlocutores mesmo antes de aceitarem participar do estudo, sobre os propósitos do trabalho, sua natureza, o problema levantado, âmbito de realização, seus direitos e responsabilidades enquanto sujeito de pesquisa.

Para garantir a confidencialidade, os dados recolhidos foram todos reservados no bloco de notas usado para o registo da informação, tendo ele sido bem conservado num arquivo fechado sob acesso restrito da investigadora principal. O anonimato foi garantido pelo uso de alguns códigos de identificação.

Por fim, tratando-se de trabalho feito junto de casais, com seu espaço de privacidade, foi fundamental informar aos interlocutores do direito que tinham de não conceder nenhuma informação que considerassem privada e que não gostariam de partilhar, que poderiam desistir do estudo a qualquer momento. Contudo, as perguntas feitas foram definidas de forma clara, para que todos compreendessem o que se pretendia e não oferecessem informação inconscientemente, o que seria um acto de manipulação por parte da investigadora.

Durante todo o processo de investigação, o trabalho decorreu sem sobressaltos, sendo necessário ressaltar apenas o facto antes mencionado da limitação do número de amostra como o constrangimento enfrentado. Diante dessa limitação, a alternativa foi realizar o estudo de caso múltiplo, pautando por explorar de forma intensiva e profunda os casos identificados ao ponto de saturar toda a informação realmente disponível.

3.7. Constrangimentos Enfrentados na Pesquisa

Na realização do nosso trabalho, passamos por um conjunto de constrangimentos, sendo que o primeiro enfrentado está ligado à localização do nosso grupo-alvo: numa primeira fase, foi-nos difícil a sua localização. Porém, a técnica de amostragem por bola de neve constitui uma ferramenta indispensável para a superação deste constrangimento, na medida em que, foi-nos possível recorrermos à ajuda de amigos e familiares.

Num segundo momento, após a localização dos entrevistados, o constrangimento seguinte foi a disponibilidade dos potenciais entrevistados para a realização das entrevistas. Por exemplo, o primeiro localizado mostrou-se indisponível pelo facto de não encontrar-se em boas condições de saúde, o que fez com que tivéssemos de remarcar a entrevista para duas semanas depois. Depois de duas semanas de espera, não foi possível realizarmos a entrevista presencialmente, optamos em ligar para o nosso entrevistado.

Antes da nossa conversa, identificamo-nos como sendo estudantes da Universidade Eduardo Mondlane. Estando no último ano dos nossos estudos e prestes a defender e, para que isso se concretize, teríamos de obter algumas informações e só eles poderiam ajudar através das respostas que pudessem facultar. Neste sentido, superámos algumas situações, podendo, assim, realizar algumas entrevistas.

Outro constrangimento está ligado ao facto de, nem todos os entrevistados tenham concordado com o uso do gravador para a conservação da informação. Tivemos que recorrer aos blocos de notas, o que não possibilitou que registássemos todos os dados; tínhamos que escrever enquanto os entrevistados falavam. Contudo, o uso do gravador, em outras entrevistas, permitiu-nos o aprofundamento da informação. Consideramos que, o nível de profundidade atingido nalguns casos ajudou-nos no levantamento dos dados que não pudemos recolher noutras entrevistas. Mesmo que tenha sido uma medida que permitia fechar a lacuna, serviu para minimizar esse constrangimento. Portanto, podemos assim, afirmar que esta constitui uma limitação do nosso estudo.

O último constrangimento resultou da impossibilidade de administrar a entrevista em pares, uma vez que, os entrevistados que representavam um casal não tinham disponibilidade simultânea para que pudéssemos juntá-los no mesmo lugar e fazer com que pudéssemos entrevistar um ao outro. Nesta situação não tivemos outra alternativa se não, aplicar esta técnica de recolha de dados.

A razão que levou-nos a não administração das entrevistas em pares condicionou-nos para que não pudéssemos realizar a história de vida por meio de uma conversa directa. Como já tínhamos afirmado acima, nestas circunstâncias a solução que encontramos foi enviar o guião com perguntas estruturadas por *e-mail*. A impossibilidade de fazer novas perguntas durante a conversa foi minimizada pela abertura dos entrevistados para potenciais esclarecimentos caso fosse necessário, o que ocorreu efectivamente.

Capítulo 4. Apresentação da Análise e Interpretação dos Dados

Neste quarto capítulo apresentamos os dados relevantes do campo, analisando-os e interpretando-os a luz do quadro teórico e conceptual operacionalizado. Dividimos este capítulo em quatro subcapítulos. O primeiro, apresentamos o perfil sociodemográfico dos entrevistados; o segundo, processo de realização e negociação do lobolo; terceiro, as origens culturais dos entrevistados; o quarto, as experiências de negociação estabelecidas entre os cônjuges no lobolo; o quinto, as estratégias adoptadas pelos cônjuges na conservação da identidade cultural de origem.

4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

Trabalhamos com um total de seis (6) casais mistos, pelo que, a amostra do estudo integrou seis homens e seis mulheres, as suas idades variam dos vinte (25) anos aos quarenta (40) anos. Todos encontram-se a residir na mesma casa, sendo que apenas dois casais são casados oficialmente e outros estão casados pela modalidade de lobolo. O tempo de casamento é de dois anos e encontram-se a residir nos bairros das Mahotas, Maxaquene e Hulene. Os níveis de escolaridade dos entrevistados são variados, alguns têm apenas o nível primário completo, outros tem nível secundário e técnico médio, licenciatura completa e o mestrado em curso. Quanto às ocupações actuais, no seio das mulheres, três são domésticas, uma trabalha como secretária no sector privado e outra assistente administrativa no sector público.

Todos os entrevistados com origem em Maputo – doravante designados de estabelecidos – nasceram nesta região de Moçambique. O mesmo acontece com os que vêm de outras províncias – doravante designados de *outsiders* – que nasceram nas suas províncias de origem como é o caso de Nampula e Zambézia. As culturas de origem dos estabelecidos são Ronga, Changana e Bitonga, tendo todos uma linhagem patrilinear. As culturas de origem dos *outsiders* são Lomwé e Chuabo, vindos de uma linhagem matrilinear. O tempo de residência em Maputo, para estes últimos, varia de seis (6) anos a vinte (20) anos. Todos os seis casais têm filhos nascidos dentro do relacionamento – casamento misto – cujos números começam de dois (2) até os três (3) filhos.

Podemos fechar este tópico, com um breve comentário sobre o perfil que procuramos construir dos entrevistados. São todos com nível de escolaridade básica como mínimo, apresentam alguma formação e já iniciaram a sua carreira profissional, têm um tempo considerável vivendo juntos, assim como alguns começaram a procriar, isto é, a constituir uma família nuclear.

4.2. Processo de Realização e Negociação do Lobolo

Entendemos ser importante compreender a trajetória social que os cônjuges fizeram até a constituição efectiva da sua relação conjugal, vivendo juntos na mesma casa. Para efeito, começamos por aprofundar as circunstâncias nas quais foi tomada a decisão da realização do lobolo.

Não podemos, sintetizar as circunstâncias da tomada de decisão em simples categorias e nem trazer as experiências de todos os entrevistados de modo a realizar uma análise detalhada. Em decorrência, apresentamos alguns depoimentos que permitiram construir uma ideia geral das circunstâncias nas quais os entrevistados relatam sobre o processo da realização do lobolo, como podemos ver a seguir:

“O processo foi esse, houve uma lista de acordo com os procedimentos que são feitos cá em Maputo, Gaza e Inhambane para lobolar, fez se uma carta de pedido e nessa carta vinha la os items que deviam ser por mim comprados para poder se apresentar no proprio dia, obviamente que de tudo que me foi pedido acabei esquecendo de comprar meias e ai custaram me um valor aproximadamente a mil meticais, enquanto era uma coisa de cinquenta meticais e depois disso casamo nos e dia seguinte passamos a viver juntos”. (Entrevistado de 37 anos de idade, Matrilinear).

Para se realizar o lobolo, o processo é o mesmo desde os tempos dos nossos avós, só que mudou um pouco na cobrança dos valores. A família do noivo pede a carta contendo as condições ou requisitos exigidos para a realização do *lobolo*. (Entrevistada de 29 anos de idade, Patrilinear).

Os depoimentos acima, demonstram uma imposição da família sobre indivíduo, pelo facto do lobolo ter esta componente tradicional e reguladora que vai passando de geração em geração na forma de legado cultural, onde o seu abandono significaria uma ruptura com o passado, um desprezo da nossa história, perda de identidade como refere Granjo (2005), quando destaca o papel das famílias e dos antepassados, dando mais ênfase aos

antepassados referindo que estes é que “comem” o lobolo, ou seja, o lobolo é mesmo para agradar os nossos ancestrais.

A realização do *lobolo* segundo a nossa compreensão, é baseado em experiências exteriores aos indivíduos, isto é, nasceram e encontraram este tipo de interpretações no seu meio social. Aliás, segundo Schutz (1979 apud Wagner, 1979), o mundo da vida quotidiana, significará o mundo intersubjectivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores como um mundo organizado.

Podemos retomar, mais uma vez às contribuições de Giddens (1991), afirmando que a busca pela satisfação dos interesses ocorre, por meio de monitoração reflexiva. O conceito de monitoração reflexiva, é usado para referir à capacidade que os indivíduos têm de orientar as suas acções reflexivamente, na medida em que, podem avaliar e redefinir o sentido que tomam, o que pode fazer variar a selecção e aplicação dos recursos necessários. Este é o momento em que os indivíduos tomam decisões que podem influenciar para transformações na estrutura social.

Neste sentido, podemos afirmar que o lobolo é importante dentro do seu contexto de reprodução, como já fez menção Bagnol (2008), esta prática encontra-se incorporada dentro do contexto de produção e acredita que o lobolo desempenha múltiplas funções dentre as quais a de garantir a coesão social, a estabilidade conjugal e a harmonia familiar.

De seguida, apresentamos as formas como se realiza a negociação da prática do lobolo. Assim, Massume (2009), afirma que os mais velhos apontam que os jovens estão a perder valores, porque estão a abandonar a prática do lobolo. Esta afirmação deve ser colocada com prudência, pois embora, os mais velhos tenham interesse em reproduzir o lobolo, estão dispostos a negociar a sua realização. Vejamos os depoimentos a seguir:

“Apresentei a questão de lobolo a minha mãe, mas ela disse que não quer lobolo, que bastava que ele se apresentasse e desse o anel de noivado que estava tudo feito. Chegado o dia da cerimónia ele veio com a família nas condições que a minha mãe já tinha dito e isso gerou um grande problema na família. Meus tios exigiam o dinheiro e os familiares do meu namorado tiveram que contribuir na hora algum valor em dinheiro

para a realização da cerimónia.” (Entrevistada de 25 anos de idade, Patrilinear).

“Vai-se a uma família com o dinheiro e diz-se: a partir de hoje a filha dessa família pertence a outra. Ofereci tudo que eles pediram na lista que foi, sete mil Meticais em dinheiro, uma garrafa pequena de vinho branco, um garrafão de vinho tinto, uma caixa de cerveja e uma de refresco, acompanhados por notas de vinte Meticais, fato completo para o pai, capulana e lenço para a mãe, para as tias maternas e paternos e para os avôs paternos e maternos. Os avôs tanto paternos como materna tiveram ainda, um frasco de rapé, e mesmo não estando na lista dos pedidos, a minha família achou melhor oferecer uma galinha”. (Entrevistado de 36 anos, Patrilinear).

Tendo em conta a sequência de narrativas acima expostas, é possível perceber que o ritual de *lobolo* é precedido por um processo de negociações intrafamiliar que vão definir as condições exigidas para que o mesmo aconteça. Nesse contexto de negociações pré-*lobolo*, existem divergências e convergências em relação aquilo que cada membro do grupo entende como sendo o certo e a através da sua interpretação ou a experiência que tem sobre o *lobolo*.

As divergências decorrentes da negociação, servem para fortificar a percepção que os mais velhos têm sobre os procedimentos a serem seguidos para a realização do *lobolo*. Neste contexto, o *lobolo* tem valor simbólico para os seus praticantes, e esse valor pode ser encontrado nos pressupostos tradicionais, culturais e de procedimento que a família sempre fez passar, e isso não é extensivo aos que não o praticam.

O conceito de destradicionalização ajuda a interpretar a situação acima, Giddens (1991), afirma que esta ocorre em situações em que os indivíduos entendem que a tradição não disponibiliza os recursos necessários para responder os desafios que enfrentam na modernidade tardia e procura satisfazer os seus interesses. Com isto, significa que o último depoimento frisa que o *lobolo*, enquanto uma prática tradicional, está longe de facilitar a saída da mulher da casa dos pais, tornando-se um obstáculo para atingir esse objectivo, pelo que, contorná-lo seria a melhor via, o que foi possível mediante a negociação com os pais da mesma.

4.3. Processo de Realização da União Conjugal entre Linhagens Patrilinear e Matrilinear

Nesta secção, apresentamos uma breve descrição dos processos de realização da união conjugal nos sistemas de linhagens dos entrevistados, considerando, de um lado, a linhagem patrilinear e, do outro lado, a linhagem matrilinear. Focalizamo-nos apenas naqueles aspectos que interessam destacar para as finalidades do presente trabalho.

4.3.1. União Conjugal na Linhagem Patrilinear

Não pretendemos fazer uma discussão sobre a linhagem patrilinear, o que podia ter sido realizado com recurso à bibliografia sobre o assunto. Para os fins perseguidos, é bastante focar-nos naqueles aspectos nos quais os entrevistados fizeram referência, o que tem a vantagem de captar mudanças ocorridas até o momento em que eles estiveram em contacto com as suas origens linhageiras.

Iniciamos a exposição com a necessidade ou não de deslocamento de um dos cônjuges para a casa do outro cônjuge e qual sentido é seguido. Os depoimentos seguintes expressam com uma significativa convergência a natureza da linhagem patrilinear quanto a essa questão:

“Depois do lobolo a mulher deve ir viver em casa do homem, porque paga-se alguma coisa por isso, mas hoje em dia basta uma apresentação ou mesmo sem isso a mulher pode ir viver em casa do marido ou podem ir viver sozinhos na casa dos dois.”
(Entrevistado de 38 anos de idade, Patrilinear).

“No Sul, a mulher deve ir viver com o homem. Essa era a regra nos tempos, agora as mulheres negam porque quando o marido morre não tem onde ir viver, mais vale alugar até fazerem casa própria. Só quando não há condições para a mulher ir a casa da família do marido.” (Entrevistada de 34 anos de idade, Patrilinear).

De acordo com estes resultados, são princípios inerentes à linhagem patrilinear a mulher deslocar-se para casa do homem ou da família deste após a constituição da união matrimonial, o que sob ponto de vista das práticas tradicionais marcam essa passagem, implicando a realização do lobolo. De facto, o lobolo é até então uma forma de casamento tradicional por meio do qual se procedia e se legitimava a pertença da mulher à família do homem.

Essa função do lobolo, já foi observada em estudos antropológicos realizados sobre o casamento tradicional na região Sul de Moçambique. Um dos autores que nos faz conhecer essa realidade é Bagnol (2008), segundo o qual o lobolo desempenha, dentre outras, a função de legitimar a passagem da mulher da casa dos familiares para casa do homem. Decerto que, tanto nos depoimentos dos entrevistados acima, quanto na literatura mais recente sobre as formas de união matrimonial no sul de Moçambique reconhece-se a tendência da prática do lobolo.

Em situações nas quais se pauta pela realização do lobolo na linhagem patrilinear, considera-se essa prática tradicional como um recurso estrutural no qual os indivíduos podem recorrer para constituição da sua união conjugal. Giddens (2003b), afirma que a estrutura social funciona como um repertório de recursos necessários à realização e monitoração das práticas sociais, pelo que, os agentes recorrem a mesma (estrutura) para orientar suas acções no seu quotidiano. É neste sentido, que se pode entender o recurso ao lobolo para assegurar que a mulher vá residir na casa do homem.

O decrescente recurso a prática do lobolo no Moçambique contemporâneo, revela a ocorrência do fenómeno de destradicionalização que Giddens (1991c), aponta como característico da modernidade reflexiva, onde os agentes tendem a deixar para trás a tradição, pois, já não ajuda a responder aos desafios quotidianos, funcionando, como factor constrangedor. Desta forma, sendo princípios válidos a passagem da mulher para a casa do homem, os entrevistados defendem a possibilidade de isso ocorrer por meio de uma simples apresentação entre as famílias ou deliberadamente a mulher realizar essa passagem. Aqui, pode-se levantar a questão da legitimidade da união formada por estas duas últimas vias, no entanto não cabe aqui responder a esse questionamento.

Com base no exposto, considera-se que a mulher deve se deslocar para junto do homem como um elemento característico da linhagem patrilinear. No entanto, quanto a residência para a qual a mulher se dirige, não se trata necessariamente da casa dos familiares do homem, como se pode observar a partir dos depoimentos seguintes:

“Ou na casa da família do homem, pode ser também na casa da família do homem, mas também pode ser na casa que os dois, que homem e mulher construíram.”
(Entrevistado de 30 anos de idade, Patrilinear).

“Se é para escolher entre casa da família do marido ou mulher, vai-se para a casa do homem ou da sua família. Mas se não é para escolher, vão para que não é de nenhum dos dois ou é dos dois. Hoje até existe essa coisa de o homem ir viver em casa da mulher, já não é vergonhoso.” (Entrevistada de 34 anos de idade, Patrilinear).

Existe uma prioridade em deslocar-se para casa da família do homem. Tomando em consideração os depoimentos acima, a linhagem patrilinear exige que a mulher se desloque para casa da família do homem, enquanto uma prática tradicionalmente legítima. No entanto, podemos observar que alguns arranjos vão sendo feitos sem sacrificar o princípio básico da mulher deslocar-se para junto do homem. O que se diz, é que não se trata de a mulher passar para a casa da família do homem, mas sim a mulher sair da casa dos seus pais para viver junto do seu marido com o qual irá constituir família própria. É neste contexto em que, a ideia de ambos saírem da casa dos seus familiares para viver em casa própria e autónoma parece assumir prioridade no contexto contemporâneo da constituição de matrimónio. De acordo com Narciso (2013), esta forma de residência designa-se de neolocal.

Apesar de conhecer os princípios inerentes à sua linhagem, os entrevistados revelam a capacidade de interpretá-los e praticá-los, adaptando-os aos desafios com os quais se deparam no seu quotidiano. Giddens (2003b), afirma que os agentes possuem a capacidade de monitorar reflexivamente as suas acções, podendo rever e decidir como manipular os recursos estruturais em função das necessidades circunstanciais com vista a satisfação dos seus interesses no quotidiano.

É neste sentido, que se considera a linhagem patrilinear não enquanto o que esteve definido desde há muito no “Ácido Desoxirribonucleico” (ADN) da tradição, mas na forma como se apresenta por meio e nas práticas sociais dos indivíduos. Podemos observar algumas mudanças nas características dessa linhagem também quanto à geração dos descendentes, como se pode observar nas passagens seguintes:

“Os filhos sempre deveriam ser do marido e da sua família, mas as coisas não funcionam bem assim actualmente. Ainda porque se for para disputar a guarda, a mulher sai com vantagem, mas é melhor estar com homem por causa da herança. O homem só tem a vantagem de dar seu apelido aos filhos.” (Entrevistado de 40 anos de idade, Patrilinear).

“Deveria ser do homem e da sua família, mas já não, as coisas não funcionam bem assim. A mulher dar seu nome, homem também pode dar, pode nem ter apelido de nenhum dos dois. Já vi muitos nomes de crianças na minha família sem apelido.”

(Entrevistado de 30 anos de idade, Patrilinear).

Estes dados, revelam uma questão interessante quando os entrevistados foram convidados a descrever a linhagem patrilinear da qual são originários. Tendencialmente, todos iniciam por referir-se ao que “deveria ser”, indicando como era antes, e “o que é” para indicar como a realidade se manifesta no presente. Desta forma, no “dever ser” da descendência, os filhos pertencem ao homem e à sua família, cabendo a esta educá-los na ausência do progenitor masculino.

Esse “dever ser” é presente nas descrições que se fazem dos princípios que caracterizam a linhagem patrilinear. Bagnol (2008), sobre essa questão, afirma que por meio do lobolo a forma de casamento costumeira no Sul de Moçambique – o homem adquire todos os direitos sobre os seus filhos, pelo que, a lógica de herança é definida pela via da família do esposo.

Essa é uma questão tradicional passaria de geração em geração, pelo que, devia ser observada nas gerações presentes, mas não é o que acontece, pois quando os entrevistados se referem ao *ser* apontam para uma realidade na qual a atribuição do nome aos filhos não é direito exclusivo do homem e nem da sua família, mas a mulher também participa desse processo ou, nos casos de negociação, os filhos podem não receber apelido de nenhum dos dois progenitores.

Existe, não obstante o descrito no parágrafo acima, situações de procedimentos estratégicos, em que a mulher entende ser apropriado abrir mão da negociação para permitir ao marido e sua família monopolizarem o direito sobre os filhos. Nestes casos, trata-se de uma acção racional, na qual a mulher entende que os filhos terão direito a herança do marido e da sua família se ostentarem o apelido destes. Isto significa que, a continuidade dos aspectos característicos da linhagem patrilinear na contemporaneidade depende também da forma como dos indivíduos posicionam-se quanto as suas vantagens e desvantagens no seu dia-a-dia.

A descrição sintética que se fez da linhagem patrilinear justifica o facto de, se ter optado por basear-se nos depoimentos dos entrevistados, que na literatura existente sobre a matéria. Ao pautar por esta via, corria-se o risco de descrever uma linhagem fictícia que se pressupõe existente nas condições descritas, mas que não se encaixa a realidade existente sobre outras condições. Desta forma, viu-se que a linhagem patrilinear sofreu algumas transformações ao ponto de, na contemporaneidade ter perdido alguns dos seus princípios tradicionais originários e ter incorporado outros.

4.3.2. União Conjugal na Linhagem Matrilinear

As mesmas variáveis exploradas para a descrição da linhagem patrilinear, são operacionalizadas para a linhagem matrilinear. A leitura dos dados permite argumentar, antes de proceder-se com a descrição, que esta segunda linhagem também não esteve imune as mudanças que ocorreram nas tradições ao longo da sua passagem entre as sucessivas gerações.

Quando questionados sobre a forma como ocorrem o deslocamento dos cônjuges na linhagem matrilinear, os entrevistados responderam nos seguintes termos:

“A ideia do matriarcal é o homem deslocar-se para a família da mulher. Eu já vi muito acontecer na minha comunidade, mas também vejo aqui acontecer, mas não tem nada a ver com cultura. É tão normal hoje que não é exclusivo da linhagem matriarcal. Para falar do que deve acontecer, é o homem ir viver em casa da mulher.” (Entrevistado de 40 anos de idade, Matrilinear).

“Não se pratica mais isso de o homem ir viver em casa da família da mulher. Lembro que quando sai de Zambézia, havia mulheres a ir viver em casa homem ou todos iam viver juntos em casa própria.” (Entrevistada de 30 anos de idade, Matrilinear),

Sob ponto de vista da sua concepção ideal, a linhagem matrilinear define-se por oposição à patrilinear. Começando pela questão da passagem de um dos cônjuges para a casa do outro, a cultura matrilinear estabelece o princípio de o homem dever deslocar-se da sua casa para passar a residir junto da mulher, na casa da família desta.

A linhagem matrilinear, na comunidade de origem dos entrevistados, era caracterizada no contexto em que os mesmos abandonaram a sua província de origem, por coexistência de práticas mutuamente exclusiva. De um lado, a passagem do homem para fixar sua

residência na família da mulher era um princípio tradicional fundamental da linhagem matrilinear, como afirmaram os entrevistados, como também autores como Narciso (2013). Vejamos os depoimentos seguintes:

“É como eu disse, o homem deve ir viver em casa da sua esposa depois de serem realizadas todas as cerimónias, essa é a regra.” (Entrevistado de 32 anos de idade, Matrilinear)

“Ao falar apenas do que deve acontecer no matriarcal, o homem vai residir na casa da mulher e se comportar de acordo com as regras da família da mulher.” (Entrevistada de 35 anos de idade, Matrilinear).

Quando o homem passa para a casa da mulher é indicador definidor da cultura matrilinear. Trata-se aqui, sob reconhecimento dos entrevistados, de um dever ser. Giddens (2003b), afirma que as normas e valores são recursos da estrutura social, por meio do que se pré-define as práticas a serem adoptadas pelos agentes sociais em certas circunstâncias durante seus encontros sociais. Mas nem sempre que a realidade esteja em conformidade com o que a mesma deveria ser.

É nesse desencontro entre o ser e o dever ser que, a linhagem matrilinear se define pela prática de a mulher, que antes deveria permanecer junto da sua família, e o homem, que antes deveria passar a fixar sua residência junto da família da sua mulher, ambos abandonarem suas famílias de origem para residirem junto. Esta prática designa-se neolocal como afirma Narciso (2013).

O recurso ao neo-realismo reflecte, ao mesmo tempo, a destradicionalização e inovação no contexto cultural da linhagem matrilinear. Usa-se o termos destradicionalização porque reflecte o abandono de uma prática tradicional, que antes governava as relações matrimoniais. A inovação ocorre na medida em que, os entrevistados encontram valores para definir os processos de abandono das suas famílias e constituição de uma família.

É relevante anotar que, a realidade descrita pelos entrevistados não reflecte exclusivamente às experiências que estavam vivenciando no momento em que foi realizado o trabalho de campo, mas do momento de abandono da sua província de origem, pelo que, ruptura física com a sua linhagem para residirem em Maputo, onde entraram para a relação mista. Com isso, pretende-se defender que as mudanças na

linhagem já vinham ocorrendo, considerando o facto de alguns dos entrevistados estarem em Maputo há mais de 15 anos.

É de se esperar que, as mudanças em curso nas modalidades de deslocamentos de um dos cônjuges tenham seus efeitos na distribuição das responsabilidades dos filhos, como se pode constatar nas passagens seguintes:

“Os filhos pertencem a família da mulher, se por acaso a mulher morre, ele vai viver com o tio irmão que fica responsável pela sua educação.” (Entrevistado de 35 anos de idade, Matrilinear)

“O nome que recebem é da mulher, é seu apelido, por isso, os filhos herdam tudo da mulher. Se por acaso se separarem, deve ir viver com a família da mulher, eles vão educar-lhes e garantir sua segurança. Mas as coisas não acontecem bem assim ultimamente, o homem também tem seus direitos sobre as crianças, os pais têm prioridade hoje.” (Entrevistada de 39 anos de idade, Matrilinear)

No primeiro dos dois depoimentos acima, reconhece-se o facto de os filhos serem ainda responsabilidade da mulher e da sua família, pelo que, é feita pela via da família da mulher e não do homem, como já se tinha descrito anteriormente. O mesmo assume-se no segundo depoimento, não obstante apontar-se para algumas transformações em curso.

De acordo com os resultados, uma das mudanças que se pode descrever no contexto moçambicano contemporânea é de que, com a morte da mulher os filhos podem não passar a ser responsabilidade do seu tio mais velho na da família da mulher. Eles podem continuar a ser da responsabilidade dos pais, com o pai vivo e não junto da família da sua mãe.

A descrição feita da linhagem matrilinear acima, mostra que os entrevistados *outsiders* (linhagem matrilinear) vêm todos de um contexto cultural em transformação, sendo que, o que se pode esperar é que eles tenham levado consigo traços identitários da sua linhagem, que não são originalmente da linhagem matrilinear como esta é definida na literatura. Isto significa que, os entrevistados têm origem numa linhagem matrilinear que já continha consigo novos aspectos culturais.

4.4. Experiências de Negociação Estabelecidas entre os Cônjuges no Lobolo.

No seio das sociedades modernas, as discontinuidades e continuidades em relação à cultura de origem é um fenómeno destacado na revisão da literatura que realizamos. Esta constatação, tornou necessário identificar os traços identitários da sua linhagem de origem com os quais os entrevistados entraram para os casamentos mistos.

Inicialmente, pretendemos analisar separadamente os casos dos entrevistados da linhagem matrilinear e patrilinear. No entanto, os dados revelaram uma certa proximidade entre as experiências dos entrevistados, o que tornou-se relevante, para evitar discurso tautológicos, retractamos todos os casos simultaneamente.

Operacionalizando as variáveis usadas para descrever as linhagens patrilineares e matrilineares na secção anterior, questionou-se aos entrevistados sobre as experiências relacionadas com o deslocamento de um dos cônjuges para a casa do outro, com os quais se identificavam quando entraram para o casamento misto. Os depoimentos seguintes reflectem a tendência para o deslocamento da mulher para casa do homem como se pode observar.

“A primeira ideia que tive é que eu como homem sou o responsável por tudo, que eu deveria ir lobolar a minha namorada para ela ir viver comigo, mas podia ser em casa da minha família ou na minha casa. Depois nem foi bem assim, acabamos alugando uma casa.” (Entrevistado de 40 anos de idade, Patrilinear).

“Essa regra, eu acho que é comum para as mulheres daqui do sul. A priori, nenhuma mulher pensa em levar o homem para a sua casa. Deve ser o contrário, mas só de passagem porque agora queremos ter nossa própria casa e não é impossível ir viver na casa em que a mulher construiu.” (Entrevistada de 34 anos de idade, Patrilinear).

No seio dos casamentos tradicionais mistos estudados, prevalece a identificação com o princípio da mulher dever deslocar-se para casa do seu parceiro. Essa identificação é assumida pelos entrevistados de linhagem patrilinear e partilhada pelos entrevistados de linhagem matrilinear, como se pode constatar a partir dos depoimentos seguintes:

“É lógico que quando sai da minha província, o que tinha em mente é que o homem poderia ir viver em casa da sua parceira, mas logo que cheguei aqui percebi que as coisas são bem diferentes porque sempre era minha mulher que vinha a minha casa e

nem sequer me conheciam na casa dela. Só resta aceitar que as coisas são assim.”
(Entrevistado de 40 anos de idade, Matrilinear).

“Nem se quer tive espaço para discussão, eu vim viver em casa do meu tio aqui em Maputo. Estás a ver o que é levar seu namorado para casa do seu tio. Essa prática ficou lá na província, aqui as coisas são outras, eu tinha que ir para casa dele até ele sair de lá e irmos viver juntos.” (Entrevistada de 39 anos de idade, Matrilinear).

É uma consciência generalizada dentro da amostra com a qual se trabalhou, a ideia segundo a qual na constituição dos casamentos mistos e , à questão do deslocamento, procedeu-se de acordo com o princípio de que a mulher é que se deve deslocar para a casa do homem ou da família deste, o que é justificado a partir de diferentes factores.

Um dos factores apontados, é a prevalência do princípio da cultura patrilinear – não se fala de normas, mas sim de princípios como forma de mostrar a sua maleabilidade e facilidade com a qual se pode abandonar, adoptando-se a outros hábitos e costumes – segundo o qual a responsabilidade do homem é de responder pelas despesas cerimoniais e acolher a mulher na sua casa. Como resultado, a primeira ideia que se vem em mente depois do lobolo é a mulher deslocar-se para a casa do homem não o contrário.

O segundo factor, para os entrevistados de linhagem matrilinear é a mobilidade geográfica, isto é, o abandono do seu grupo cultural de origem para instalar-se num contexto em que coexistem diferentes grupos culturais. Nestes casos, os entrevistados sentiram necessidade de adoptar hábitos e costumes que lhe permitissem integrar-se e adaptar-se aos desafios que encontraram no novo contexto em que estão inseridos. É a necessidade de adaptação que faz, os agentes como afirma abandonarem os seus princípios tradicionais para a aderirem outros que se mostram mais relevantes como afirma Giddens (1991c).

O deslocamento da mulher para casa do homem, não é uma prática exclusiva para a constituição dos casamentos mistos, independentemente da sua linhagem de origem, mostraram-se abertos para a adopção de outras modalidades de deslocamento. Onde ambos podem-se deslocar, isto é, abandonar as suas famílias no caso dos homens, deslocar-se para junto da residência da mulher.

Em consequências das diferentes formas de deslocamentos acima descritas, pode-se observar que a fixação da residência também segue a mesma lógica, como se pode ver com base nos depoimentos seguintes:

“Apesar de ser costume trazer a mulher para viver na casa do homem. Por exemplo, meu irmão levou a mulher para viver em casa dos meus pais. Eu saí de casa para arrendar logo que decidi viver junto com minha mulher.” (Entrevistado de 33 anos de idade, Patrilinear)

“Eu fiquei grávida em casa dos meus pais. Nem tive escolha, tive logo que aceitar. Não tinha o que fazer não dava para ficar lá, ele também tinha que aceitar porque é inadmissível estar grávida e ficar em casa dos pais. Agora estamos na nossa casa.” (Entrevistada de 30 anos de idade, Patrilinear).

Para o caso dos entrevistados da linhagem matrilinear, o cenário não demonstra diferenças relevantes de serem apontadas, como se pode constatar a partir dos depoimentos seguintes:

“Sempre que vivemos em casa própria desde que nos casamos (lobolo). Quando estávamos a namorar, decidimos que só viveríamos juntos estando em casa própria. Aqui não é seguro viver em casa do parceiro, você perde tudo.” (Entrevistada de 39 anos de idade, Matrilinear).

“As mulheres não aceitam viver com família do homem, sabem que viver com sogra é um estresse. Começamos a construir antes de vivermos juntos, antes de terminarmos a casa, começamos a viver juntos.” (Entrevistado de 37 anos de idade, Matrilinear).

A ideia do deslocamento acima analisado, a fixação da residência é caracterizada por uma heterogeneidade, colocando a disponibilidade dos indivíduos uma diversidade de alternativas de residência. Mesmo que seja a mulher a deslocar-se para junto do homem, isto não implica automaticamente residir junto da família daquele. Isso pode ser observado nos depoimentos acima transcritos.

A forma residencial neolocal foi fenômeno característico junto dos nossos entrevistados, no momento da realização do trabalho de campo. Em alguns casos, os cônjuges só passaram a ter residência própria depois de a mulher ter residido por algum tempo na casa da família do marido. É fenômeno bastante interessante, porque revela o que

afirmamos antes que as circunstâncias ditam os hábitos e costumes que adoptam para a produção da sua identidade cultural.

Pode-se destacar que, tanto os homens quanto as mulheres da linhagem matrilinear e patrilinear, são estrategicamente favoráveis às mulheres negociar com o homem para que decidam residir em casa autónoma, podendo ser em regime de aluguer ou em propriedade própria. Aluguer é favorável, porque evita potenciais conflitos que possa vir a ter com a sua sogra e propriedade própria é favorável porque vai evitar o risco de ser expulsa com a morte do seu marido.

Os dois últimos fenómenos acima, apontados ocorrem nalguns contextos da sociedade moçambicana. Alguns estudos mostram que, a convivência entre sogra e nora sobre o mesmo tecto tem sido caracterizada por conflito entre as duas partes, pela disputa da gestão e distribuição dos recursos no campo familiar (cf. Jardim, 2007), e outros revelam que algumas viúvas são expulsas das suas residências e perdem suas propriedades porque são expulsas pelos familiares dos maridos após a morte destes (cf. Temba, 2004). Sobre esta perspectiva, faz todo sentido as mulheres pautarem pela residência virilocal.

A percepção de que, é aceitável a introdução de aspectos culturais da identidade do parceiro no casamento tradicional misto pode revelar um estado aparente de pacificação, podendo servir de *umbrela* para ocultar os conflitos que caracterizam essas formas de casamentos. Existem entrevistados que, afirmam não enfrentar conflitos dentro da relação. Ainda assim, são significativos os casos de entrevistados que enfrentam relação de conflito em resultado do encontro de diferentes identidades culturais, como podemos observar a seguir:

“Desentendimentos são comuns onde há duas culturas com interesses diferentes, nada que uma boa conversa baseada no respeito pela opinião ou visão do outro, não resolva.”
(Entrevistado de 40 anos, Matrilinear).

“Enfrento sim alguns desentendimentos com o meu parceiro por questões culturais, visitas constantes da família ao estilo moçambicano abusivo mesmo. A solução foi impor limites.” (Entrevistada de 35 anos de idade, Patrilinear).

“Depende do objectivo que se pretende atingir. Práticas que enriquecem e melhoram a vida do ser humano são sempre boas. É fundamental respeitar o grau de preparação e aceitação de cada cônjuge e não impor nada. Algumas práticas estão tão incrustadas que

nem sequer são introduzidas, o casal já vai convivendo com elas aceitando-as ou combatendo-as.” (Entrevistado de 39 anos, Patrilinear).

Estas passagens, não atestam a ocorrência de conflitos entre os cônjuges nos casamentos mistos, mas revelam, algumas das razões para a sua ocorrência, bem como estratégias accionadas para lidar com essas situações. As razões para ocorrência dos conflitos intraconjugais patentes nos depoimentos acima, foram a existência de interesses culturais diferentes, hábitos culturais da linhagem patrilinear que chocam com o estilo de vida dos da linhagem matrilinear, e a dificuldade de integração em determinados contextos socioculturais, em que estão sendo reproduzidas práticas culturais que chocam com a cultura de origem. Por exemplo, não se habituou a situações em que nos convívios sociais, as mulheres e os homens devem permanecer em espaços de interação diferentes.

Os entrevistados entendem que, os conflitos no casamento podem colocar em causa a própria relação, pelo que, entendem a importância de adoptarem estratégia de enfrentamento e superação das situações conflituosas. O diálogo, baseado no respeito pela opinião do outro é uma das estratégias accionadas pelos entrevistados. Aqui está adjacente a ideia de negociação entre os cônjuges, de modo que, as partes tenham os seus pontos de vistas respeitados e valorizados dentro da relação.

A negociação no seio do casamento tradicional misto, é um processo presente em diferentes contextos nos quais essas formas de relacionamento vêm ocorrendo. Afirma-se que, a negociação com o seu parceiro é recurso que os da linhagem matrilinear colocam em prática nos seus relacionamentos como estratégia para assegurar a conservação dos aspectos inerentes à sua identidade cultural que transportaram consigo da sua província de origem (Raposo & Togni, 2009; Hatugai, s.d; Sorj, 2008).

4.5. Estratégias adoptadas por cônjuges na conservação da identidade cultural de origem

Nesta secção, preocupamo-nos em trazer as estratégias adoptadas pelos entrevistados para a conservação da identidade cultural nos casamentos tradicionais mistos (lobolo) por parte dos cônjuges. Assim, existe constrangimentos enfrentados pelos entrevistados resultantes da forte influência que os moçambicanos têm dos hábitos culturais e tradições,

da forma como se comunicam e da ideia de superioridade que os nativos de Maputo têm em relação aos nativos de outras províncias de Moçambique.

A forma como os entrevistados lida com as situações que tornou difícil ou fácil a experiência de ser *outsider* no país e no destino de chegada. No entanto, apenas diante das dificuldades enfrentadas, o que ocorreu na maior parte dos casos, os *outsiders* que transportaram consigo aspectos identitários da cultura de origem, em que os entrevistados mostram preocupados em adoptar prática de conservação da sua identidade cultural.

De acordo com os depoimentos seguintes, podemos constatar que as práticas de conservação da identidade cultural implicam a adopção de estratégia de reprodução da cultura de origem, como podemos ver:

“Agora tenho um grupo de amigas zambeziãos que fazemos muitas coisas que trouxemos de Zambézia, também vejo o noticiário com muita frequência.”
(Entrevistada de 40 anos de idade, Matrilinear).

“Tento ir a Nampula uma vez por ano, falo a língua e falo da cultura aos meus filhos e tento dar a eles experiências gastronómicas da culinária nampulense”. (Entrevistada de 39 anos, Matrilinear).

Os dados deste trabalho, levam-nos a identificar pelo menos cinco estratégias adoptadas para a conservação da identidade de origem. Mas antes, entende-se por estratégia como a fixação de objectivos e definição de meios para a sua realização (Maninardes, Ferreira & Raposo, 2011). Desta forma, os *outsiders* (linhagem matrilinear) adoptam determinados meios para conservar a sua identidade cultural. Nos depoimentos acima apresentados, identificamos cinco (5) estratégias adoptadas pelos entrevistados para negociação dos hábitos culturais, no seu casamento tradicional misto que são: (i) interacção com pessoas da mesma cultura de origem; (ii) recurso aos meios de comunicação informativos; (iii) realização de práticas e hábitos inerentes à cultura de origem; (iv) retorno sazonal a província da origem; e, (v) transmissão dos aspectos culturais às gerações mais novas.

De acordo com as estratégias que alistamos acima, a conservação da identidade cultural de origem dá-se por meio do contacto com aspectos da cultura de origem, o que é feito por meio da estratégia (ii) que consiste em acompanhar frequentemente os noticiários que retractam a realidade da província de origem. Mas também, se dá por meio da reprodução

das práticas culturais o que ocorre no seio do grupo de amigos conterrâneos, por meio da realização de alguns hábitos que eram realizadas na Província de origem, como falar a língua de origem, adoptar a gastronomia da cultura de origem, funcionando também como práticas de tradição cultural, e por via do retorno ao Província de origem, onde se reinserem na cultura de origem.

Diante do exposto, entra em contradição com o que Giddens (1991), designou de destradicionalização, que consiste no crescente abandono das práticas tradicionais. O que ocorre, de acordo com o autor, é que as referências tradicionais não ajudam mais os indivíduos a responder os seus anseios, seus desafios e atingir os seus objectivos, o que faz com que seja mais apropriado abandoná-las e buscar novas referências que permitam estar num contexto moderno característico das sociedades contemporâneas.

A negociação entre os cônjuges no seio do casamento tradicional misto, é uma estratégia transversal na ocorrência pacífica das mudanças. Mas antes de aprofundar-se essa questão, pode-se explorar os depoimentos seguintes referentes a filiação no seio dos casais entrevistados:

“O apelido que tem que vir nos nomes é sempre do pai. Não podemos correr o risco de quando o pai falecer a sua família negar de dar herança as crianças dizendo que o filho não do filho deles porque não tem nome dele.” (Entrevistada de 34 anos de idade, Patrilinear).

“Todo o pai quer um homem quando projecta ter um filho para dar o seu nome e apelido da sua família, disso é difícil abrir mão. O primeiro foi assim, mas depois não teve nada a ver, a minha mulher deu nome dela. Assim estamos a viver, para nós não mudou nada.” (Entrevistado de 33 anos de idade, Patrilinear).

“Desde o início sempre foi dois, não tem nada a ver se venho da Zambézia ou de ele ser daqui de Maputo.” (Entrevistada de 39 anos de idade, Matrilinear).

A diversidade da identidade cultural, prevalece ainda na questão da filiação no seio dos casamentos mistos. Mesmo quando parece adoptarem-se princípios culturais patrilineares, o seu sentido é mais estratégico que de cumprimento de um imperativo cultural. Vejamos o primeiro depoimento dos três últimos acima, em que está patente a ideia segundo a qual a atribuição do nome do pai à família e a atribuição da

responsabilidade da sua educação à mesma são vistas como uma forma de garantir que os filhos tenham acesso a herança, que se supõe que seria negada se não possuísem o nome que atesta a sua filiação.

No segundo depoimento, reconhece-se o apego ao princípio da cultura patrilinear que, com o tempo foi abandonado ao longo das interações identitárias no seio do casamento misto em causa. Esta mudança de postura identidade e abertura para integração de novos princípios identidade revela o carácter dinâmico dos casamentos mistos no contexto urbano. No terceiro depoimento, essa postura esteve presente logo de início no momento em que se teve o primeiro filho, este foi atribuído o nome dos dois cônjuges independentemente das suas linhagens de origem e de se encontrarem na zona do Sul de Moçambique.

Os entrevistados não fizeram referência a situações de conflitos resultantes do facto de serem de linhagem de origem diferente do seu parceiro. Isto dever-se ao facto de, alguns deles terem origem em contextos culturais nos quais as linhagens já vinham sofrendo algumas mudanças nos seus traços identitários de origem. Foram significativos os momentos nos quais os entrevistados afirmaram que decidiram conjuntamente viverem ou educar os filhos.

O que se afirmou acima mostra que, os entrevistados interagem dialecticamente com a estrutura social em que estão disponíveis os recursos culturais identitários com base nos quais constroem a suas identidades culturais. Para Giddens (2003b), pode-se afirmar que o casamento misto se constitui como um sistema social, em que são reproduzidos e transformados reflexivamente os recursos estruturais durante as interações entre os agentes. Na mesma reflexão de Giddens (1991c), esses dois processos (reprodução, transformação) são resultados de escolhas feitas pelos entrevistados em função das necessidades de superação dos desafios com os quais se deparam no seu quotidiano.

As outras estratégias accionadas, são a adaptação cultural e a ruptura cultural. Aqui, estamos diante de dois meios, não só diferentes, como também contrários de lidar com os conflitos interculturais nos casamentos mistos. Enquanto a adaptação cultural pressupõe que, o actor social busque integração na cultura do outro, aceitando as práticas com as

quais entrou em choque, a ruptura cultural implica impedir que determinadas práticas culturais sejam reproduzidas.

É neste sentido, que a negociação constitui um momento de interação relevante na produção da identidade cultural e, com efeito a emergência da identidade híbrida. Em síntese, pode-se afirmar que a identidade híbrida é um factor estruturante e estruturado no encontro entre as circunstâncias nas quais se encontram os entrevistados nos casamentos mistos e a interpretação que os mesmos fazem dessas circunstâncias na busca pela satisfação dos seus interesses, dentre os quais se pode destacar, só para efeitos de breve recapitulação, evitar conflitos com familiares do homem, garantir aos filhos o direito à herança do pai.

Considerações Finais

Ao se buscar analisar as formas que os cônjuges de linhagens diferentes negociam e estabelecem na realização do lobolo nos casamentos tradicionais mistos, formados por cônjuges com origem em diferentes linhagens, matrilinear e patrilinear, começou-se por constatar que, estas linhagens não podem ser mais descritas de formas essencialistas, visto que, na contemporaneidade foram abrindo mão de alguns dos seus hábitos culturais relativamente ao deslocamento do homem e da mulher, à fixação da residência e a filiação.

Neste sentido, na linhagem matrilinear, abria-se mão, nalguns casos, da prática matrilocal ou uxorilocal, o mesmo ocorre na linhagem patrilinear em que se abre mão também da prática patrilocal e virilocal, dando lugar tendencialmente à prática neolocal. Isto permite inferir que, os indivíduos que entram para o casamento tradicional misto em Maputo, vêm de contextos culturais em que a identidade cultural já vinha sofrendo transformações.

A entrada para o casamento tradicional misto, deu-se por meio de identidades culturais que já apresentavam algumas semelhanças quanto aos hábitos e costumes da linhagem de origem, ainda assim, existem hábitos e costumes que eram reproduzidos desde a origem que foram sendo sucessivamente transformados e dando origem a novas realidades. Embora, alguns entrevistados mostrem tendência para priorizar alguns hábitos da linhagem patrilinear, existe uma significativa abertura para a adopção de hábitos culturais da linhagem contrária.

Os resultados aos quais chegamos, permitem-nos afirmar que os casamentos mistos são constituídos por indivíduos que estabelecem diferentes vínculos com o contexto de onde são oriundos. Existem aqueles que, estabelecem fortes laços com a cultura de origem, pelo que, revelam alguma preocupação em transportar consigo aspectos simbólicos e materiais, que permitem reprodução da sua identidade cultural de origem. Existem também os que vêm de um contexto urbano, no qual não têm forte vínculo com alguma cultura, pelo que, estão mais abertos a assimilar novos aspectos culturais identitários.

Observamos que, o casamento misto é um espaço de interacção dialéctica entre os cônjuges para os quais ambos entram com alguma bagagem cultural com base na qual estabelecem uma relação de negociação identitária. Não é possível definir uma única tendência na interacção entre cônjuges dentro dos casamentos mistos.

Com o exposto, pode-se dizer que a análise feita permite corroborar com a hipótese segundo a qual, a negociação na realização do lobolo entre cônjuges de linhagens diferentes dá se por troca de traços das linhagens de origem, dando origem a uma identidade híbrida. Estas conclusões, podem ter sofrido influência do contexto do estudo (Sul de Moçambique), o que torna relevante realizar o mesmo estudo nas zonas Norte e Centro do país.

Referências Bibliográficas

- Araújo, M. d. (Jun. de 2002). Amor, casamento e sexualidade: veljas e novas configurações . *Psicologia: ciência e profissão*.
- Bagnol, B. (2008). Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique. *Análise Social*, pp. 251-272.
- Borges, C. d., & Magalhães, A. S. (jun./mar. de 2009). *Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família*. *PSICO*, pp. 42-49.
- Fernandes, J. A. (1997). Uma abordagem interétnica do casamento e da poligamia no Brasil Colonial. *V Encontro de Antropólogos do Norte-Nordeste* (pp. 656-668). Recife: Revista AntHropológicas.
- Fonseca, C. (2002). Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. *O lugar da família na ciência contemporânea: desafios e tendências na pesquisa* (pp. 1-16). Frorianoópolis: Papa-livro editora.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. Unesp: São Paulo.
- _____. (2003). *A constituição da sociedade*. (Á. Cabral, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- Gil, A.C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Glenn, S. S. (2004). *Individual behavior, culture, and social change*. *The Behavior analyst*, 27, p. 133-151.
- Gonçalves, M. A. (1997). O valor da afinidade: parentesco e casamento entre os Pirahã. *Revista de antropologia*, pp. 55-107.
- Granjo, P. (2005). *Lolobo em Maputo: um velho idioma para novas vivências conjugais*. Porto: Campo de Letras.
- Hatugai, E. R. (s.d). *Parentesco, conflito e identificações entre famílias internéticas de descendentes de japoneses e não-descendentes*. Brasil: Universidade Federal de São Carlos.

- Jardim, M. (2007). De Sogra para Nora para Sogra: redes de comércio e de família em Moçambique. *Caderno*.
- Lévi-Strauss, C. (1982). *As estruturas elementares do parentesco*. (M. Ferreira, Trad.) Petrópolis: Vozes.
- Magano, O. (2012). Pluralidade e reconfiguração da identidade cigana em Portugal. *Sociologia*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 23, p. 251-268
- Maninardes, E. W., Ferreira, J. e Raposo, M. (2011). *Conceitos de estratégia e gestão estratégica: qual é o nível de conhecimento adourido pelos estudantes de gestão?* FACEF PESQUISA, Franca, v.14, n.3, p. 278-298
- Marconi, M., & Lakatos, A. E. (2009). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projecto e relatórios*. São Paulo: Atlas.
- Minayo, (Org.) (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Mussane, G. A. (2009). *A kuna n'kinga: o lobolo como foco das representações locais de mudança social*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Narciso, V. M. J.S. (2013). *Mulheres e terra: faz a matrilinearidade diferença? Uma leitura da situação no distrito de Bobonaro em Timor-Leste*. (Dissertação), Universidade Nova de Lisboa.
- Pinho, O. (2011). A antropologia na África e o lobolo no sul de Moçambique. *Afro-Ásia*, pp. 9-41.
- Raposo, P., & Togni, P. C. (2009). Paradoxos do sujeito transnacional: dos cenários regionais de origem às “comunidade imaginadas” de destino. In: Raposo, P. e Togni, P. C. *Fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: género e imigração*. Lisboa: Alto-Comissário para a Migração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), p. 141-46.

- Sanchez, G.H. & Nappo, M.D. (2002). *Projecto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto* (Trad. Luciana de Oliveira da Rocha). 2ª ed., Porto Alegre: Artned.
- Santana, J. S. (2009). Mulheres de Moçambique na revista Tempo: o debate sobre o lobolo (casamento). *Revista de História*, pp. 82-98.
- Santiago, M., & Faitosa, L. C. (2011). Família e género: um estudo antropológico. *Mimesis*, pp. 29-41.
- Santos, A., & Araújo, A. (s/d). Singularidade na diversidade: os Kuvale e os Mosuo no ritual do casamento. *Sol nascente - revista do Centro de investigação sobre ética aplica (CISEA)*, pp. 70-212.
- Sorj, B. (2008). Conversão e casamentos mistos: a produção de novos judeus no Brasil. *SciELO Books*, Rio de Janeiro.
- Taibo, R. M. (2012). *LOBOLO (s) NO MOÇAMBIQUE CONTEMPORÂNEO: mudança social, espíritos e experiências de união conjugal na cidade de Maputo*. CURITIBA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.
- Vieira, J. M. (2006). Reflexões sobre a transição para a vida adulta: o caso do Estado de São Paulo. *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, (pp. 1-21). Caxambú – MG–Brasil.

Apêndice

Guião de Entrevista

Apresentação

Caro/a Senhor (a), eu sou estudante do curso de sociologia na Universidade Eduardo Mondlane. Neste momento estou a realizar o meu trabalho de final de curso sobre a negociação intergeracional e a exigência do lobolo nas relações conjugais formados por indivíduos, sendo que um vem de uma linhagem matrilinear e outra da linhagem patrilinear. Todos os casais com estas características podem ser escolhidos para participar do estudo. Não existe outro critério de selecção basta que estejam disponíveis e consintam a sua participação.

Desta forma, abordamos o (a) senhor (a) porque temos conhecimento que faz parte de um casamento nas condições que indicamos antes, pelo que, solicitamos a sua disponibilidade para que possamos conversar de modo a responder algumas questões que colocarei para a obter informação relevante para o meu trabalho. A sua identidade será conservada em anonimato e a informação que facultar só será usada para fins do presente trabalho.

Se consentir a sua participação, saiba que não é obrigado a responder todas as perguntas e que pode desistir da entrevista a qualquer momento quanto entender ser conveniente. Agradeço com antecedência e pedimos que responda as perguntas colocadas com profundidade e sinceridade. Obrigada

1. Perfil Sócio Demográfico Dos Entrevistados

- Sexo
- Idade
- Estado civil
- Residência
- Nível de escolaridade
- Formação profissional
- Ocupação actual
- Província de origem

- Cultura/linhagem de origem
- Número de filhos

2. Descrição da linhagem de origem

- Como é que define a sua linhagem de origem?
- Como era a sua vida cultural na sua província de origem? (Quais eram os hábitos, normas e rituais)
- Quais são os hábitos e normas que orientam a realização do lobolo entre os cônjuges?
- Onde é que normalmente residem os cônjuges depois do lobolo? Justifique
- Quem é responsável pela educação dos filhos?
- Aqui em Maputo, o que faz actualmente para preservar os hábitos, normas e ritual que trouxe da sua cultura de origem?

3. Experiências de negociação estabelecidas entre os cônjuges de linhagens diferentes

- Você lobolou/foi lobolada?
- Pode resumir o processo que seguiram para lobolar/viver juntos?
- Como foi a organização do vosso lobolo? Quem organizou? Seguiu-se quais os hábitos e costumes culturais? Quem tomou essa decisão?
- Qual é a sua opinião quanto a introdução de hábitos e costumes do (a) seu/sua parceiro (a) no seio da relação? Justifique.
- Como é que fez para decidir sobre que os hábitos e costumes culturais que foram seguidos na realização do lobolo? Quem decide?
- Enfrenta algum desentendimento com o seu parceiro(a) por causa de questões culturais? Se sim, como resolvem?
- Qual tem sido o desafio de seguir seus hábitos e normais culturais de origem dentro da relação actual?

4. Estratégias usadas por cônjuges no decorrer das negociações no processo do lobolo.

- Quando lobolou quais foram os hábitos e costumes da sua linhagem que procurou preservar? Justifique
- Quando lobolou uma pessoa de outra linhagem, que hábitos e costumes da sua linhagem procurou negociar com a família da mulher? Justifique
- E, quais hábitos e costumes não achou importante de impor?
- Quais dos hábitos e costumes que procurou impor, conseguiu quanto a:
 - 1) Passagem para casa do outro cônjuge
 - 2) Local de residência
- De que forma tem procurado estabelecer relacionamento com a família da sua mulher/do seu marido?